

10 de Abril 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 54 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

SANEAMENTO DO BPC

BNA injecta 29,5 milhões USD

Dos 493,7 milhões de euros (mais de 551 milhões USD) que o BNA vendeu, na penúltima semana de Março, cerca de 6% foi canalizado para o programa de saneamento e reestruturação do BPC. **Pág. 14**

ESTUDO DO CEIC

Luanda consome 70% do total da electricidade

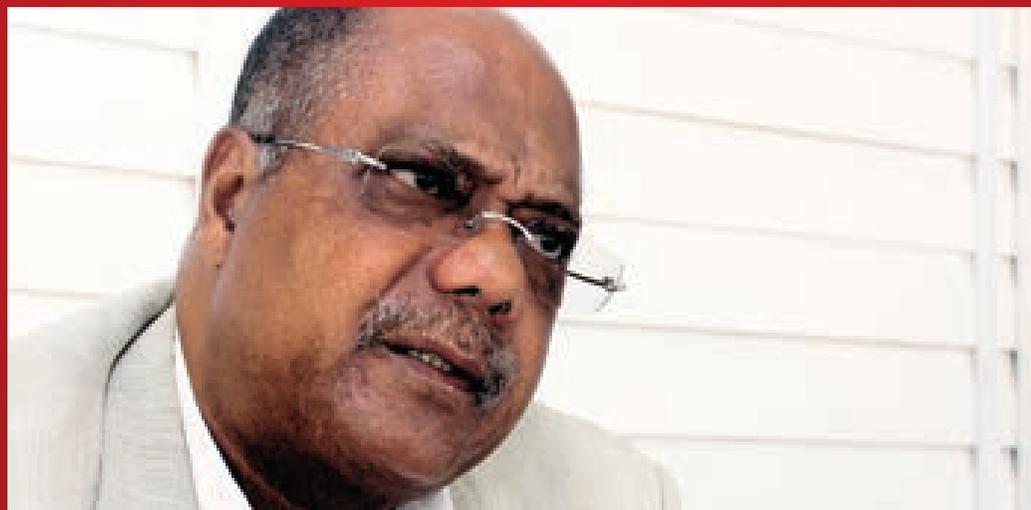
O relatório 'Energia em Angola 2016', do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, calcula que o sistema Norte receba 77% do total da energia eléctrica produzida no país, com Luanda a reclamar 70% da carga. **Págs. 8 e 9**



FAUSTO SIMÕES, ECONOMISTA

“A política monetária não está a propiciar o investimento”

ENTREVISTA. O economista e ex-decano da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto critica a política monetária conduzida pelo BNA que, de tão restritiva, anula o investimento. A solução, aponta, é um meio-termo que simultaneamente garanta o controlo da massa monetária e promova o investimento. Sobre os rácios da dívida pública, defende que não deveriam ultrapassar 50% do PIB. **Págs. 4 a 7**



NOVA FÁBRICA DE CARNES

Unicarnes investe 12 milhões de dólares

Pág. 16



GOVERNO FALHA META

Produção aquícola abaixo dos 93% do objectivo

A produção (criação de peixes) ficou 93,45% aquém da meta definida pelo Governo em 2016, ao registar apenas 655 toneladas, contra as 10 mil previstas. O Ministério das Pescas associa o falhanço, sobretudo, às dificuldades de acesso às divisas, para a importação de ração. **Pág. 10**

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 177,8 Kz (-2,38) ▼ LIBRA 208,33 Kz (+0,11) ▲ YUAN 24,19 Kz (+0,01) ▲ RAND 12,20 Kz (-0,82) ▼



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



CHOQUES ELÉCTRICOS

O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola recordou, na última semana, as estatísticas que ditam a realidade do sector energético no país. Não se podia esperar outra coisa do estudo senão a confirmação das graves insuficiências na oferta de electricidade, situação que se reflecte no verdadeiro drama que as famílias e as empresas vivem no dia-a-dia. Os números, especialmente no segmento da distribuição, não deixam sombra de dúvidas. Pelos cálculos apresentados pelo CEIC, menos de um quinto da população total tem acesso à electricidade. Com a última actualização da população a indicar que os angolanos já estão acima dos 28 milhões de habitantes, o relatório 'Energia em Angola 2016' diz que pouco mais de 5,2 milhões de habitantes tem acesso à electricidade. Luanda, que, nos mais variados domínios, continua a confundir-se com a totalidade do país, representa 70% do consumo total. Isto significa que o conjunto das demais 17 províncias que reclamam cerca de três terços da população, em termos de electricidade, repartem os restantes 30%. Mas o estudo refresca as memórias com ou-

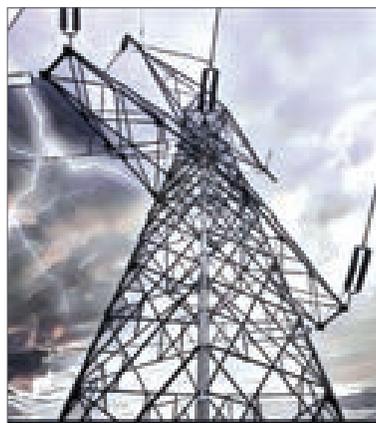
tros indicadores nada reconfortantes. Em termos de distribuição por função, o consumo doméstico representa quase metade (45%) da electricidade disponível. Os serviços somam 32%, ao passo que a indústria se fica pelos 8%.

Para o discurso oficial, é muito fácil buscar o argumento da guerra para explicar a razão dos factos, o que não é, no todo, despropositado. Uma semana após a comemoração sobre os 15 anos de paz, deve reconhecer-se, com frieza, que a guerra responde em parte pelo gigantesco défice na produção e fornecimento de energia eléctrica, ao ponto de Angola ser ultrapassada pela generalidade dos países vizinhos e da região que, em média, chegam a canalizar 40% da carga disponível para o sector industrial. Mas, ao mesmo tempo que se admite que o factor guerra não é ignorável, deve apontar-se o impacto da má gestão dos recursos do Estado e do desvio de somas

incalculáveis do erário sobre o atraso no arranque de vários projectos hoje em curso e de tantos outros planificados.

Já há algum tempo que se sabe que o Governo projectou a construção de vários aproveitamentos hidroeléctricos no médio Kwanza, além dos três já existentes (Capanda, Cambambe e o mais recentemente inaugurado Laúca). Caculo-Cabaça, Zenzo 1, Zenzo 2, Luíme e Tumulo do Caçador poderão ser os próximos a seguir-se, no conjunto dos mais de 10 aproveitamentos hidroeléctricos possíveis no Kwanza. Houvesse antes maior consciência sobre o papel vital da energia eléctrica em todo o processo de crescimento e desenvolvimento económico e social, alguns desses projectos já estariam, no mínimo, na fase em que Laúca se encontra. Porque, apesar da guerra, nesses 15 anos, o país produziu recursos financeiros suficientes que permitiram a que hoje mais angolanos tivessem acesso à energia e mais indústrias dispensassem as fontes alternativas que encarecem sobremaneira os custos de produção.

Hoje, com a agenda da diversificação económica encaçada, precisamente por factores em que se incluem a incapacidade de oferta de electricidade, nada mais resta do que correr verdadeiramente atrás do prejuízo. Porque a alternativa é mais do que um choque eléctrico. É a falência geral.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Mateus da Graça Filho, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente administrativa: Mariquinha Rego

Departamento administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento comercial: Arieth Lopes e Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao,

Tel.: +244 941 78 47 90-(1)-(2)

Nº de contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 32 05 10 / 222 32 05 11 Fax: 222 32 05 14

Email: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Domingos Carroz
engenheiro da Angola Cables

A Angola Cables controla 70% do tráfego de internet do país. O que tem garantido esse controlo?

Essa percentagem deve-se à velocidade e à capacidade do cabo Wacs, com cerca de 17,5 terabytes de capacidade de tráfego e passa por onze países africanos e três europeus. Com essa capacidade, a Angola Cables tem controlada a maior parte de internet no país. Contudo, ainda queremos aumentar o nível de qualidade do serviço.

E como a Angola Cables espera melhorar a qualidade do serviço de internet em Angola?

O tráfego vai melhorar com a entrada de mais dois cabos de fibra no espaço nacional. No princípio de 2018, entra em funcionamento o 'cabo Monet' que liga o Brasil aos EUA e entra em funcionamento o cabo 'Sacs', que liga o Brasil a Angola. Angola terá uma internet mais rápida e com muito mais qualidade.

Quais são os países africanos que beneficiam desse serviço?

Para além de Angola, beneficiam do cabo Wacs a África do Sul, RDC, Congo Brazavile, Camarões, Costa do Marfim, Cabo Verde, Togo, Namíbia, Gana e Nigéria.

23 TERÇA - FEIRA
As vendas de diamantes aumentaram em Fevereiro mais de 20%, face a Janeiro, para 83,5 milhões de euros, com o aumento no volume exportado a compensar a quebra na cotação. A informação resulta de dados do Ministério das Finanças sobre a arrecadação de receitas com a venda de diamantes no segundo mês de 2017.

24 QUARTA - FEIRA
O Governo aprovou a inserção de três contratos públicos com empresas portuguesas, no valor de mais de 155 milhões de euros, na linha de crédito e seguro à exportação portuguesa COSEC, para garantir a continuidade dos projectos.

29 QUINTA - FEIRA
As trocas comerciais entre Angola e França cifraram-se nos mil milhões USD em 2016, uma diminuição de 50% devido à crise, declarou o embaixador de França em Angola, Sylvain Itté, no final da audiência concedida pelo vice-presidente da República, Manuel Vicente.



SEGUNDA-FEIRA

O governador do Banco Nacional de Angola defendeu a existência contínua do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e do Banco de Comércio e Indústria (BCI) para que os cidadãos tenham acesso aos serviços bancários de forma facilitada nas diversas regiões do país. Valter Filipe fez essas declarações num programa de televisão nacional.

31 SEXTA - FEIRA
Sete milhões e 472 mil kwanzas é o valor arrecadado pela Repartição Fiscal da AGT em Malanje, da venda de selos da taxa de circulação 2016, informou o chefe de repartição local, Sebastião Francisco António. Até 31 de Março, aquele órgão comercializou 1.505 selos.



25 SÁBADO
Pelo menos 67 jovens, residentes na cidade do Huambo, conseguiram o seu primeiro emprego no Banco Postal. O acto inaugural da instituição bancária, que visa incluir as pessoas de baixa renda no sistema financeiro, foi orientado pelo vice-governador Joaquim da Conceição.



26 DOMINGO
A presidente da Sonangol, Isabel dos Santos, considerou, numa conferência na London School of Economics, que o continente africano tem estado excluído dos mercados financeiros e que há muita discriminação no acesso ao financiamento.



COTAÇÃO



PSI 20	4.585,52	-18,57	-0,37%	Petróleo Brent	55,12	+0,23	+0,42%
DAI Futuros	12.281,2	-1,8	-0,01%	Petróleo Bruto WTI	52,18	+0,48	+0,92%
CAAC 40	8.135,28	+13,84	+0,17%	Gás Natural	3,284	-0,057	-0,01%
IBEX 35	10.526,00	+10,10	+0,10%	Ouro	1.285,65	+2,55	+0,19%
S&P 500 Futuros	2.287,75	+4,00	+0,17%	Prata	17,987	-0,259	-1,42%
Dow 30 Futuros	20.648,0	+33,0	+0,16%	Cobre	2,847	-0,011	-0,41%

MERCADOS ANIMADOS COM FRACO EMPREGO

Os mercados americanos chegaram a sexta-feira animados com os resultados da criação de emprego, que ficaram aquém das expectativas, gorando as perspectivas de novas subidas da taxa de juro de referência que a Reserva Federal prometia ainda para este ano. A conter os ânimos estiveram o ataque de Trump à Síria e o ataque a Estocolmo. Também no hemisfério sul, o Bovespa fechou com ganhos graças à perspectiva para a taxa de juro que deverá sofrer cortes em breve.

PSI 20 PRESSIONADO POR MILLENIUM

Numa Europa que fechou mista devido ao ataque terrorista em Estocolmo e à incerteza causada pela decisão de Donald Trump de intervir na Síria, o PSI 20 fechou no vermelho, a quedar 0,37%, com o Millenium BCP a liderar as perdas (-2,17%). A amortecer a queda estiveram a Mota Engil com 4,45% e a Jerónimo Martins com 0,21%. O petróleo teve um bom final de sessão com uma valorização de 0,49%, no caso do Brent graças à nova instabilidade no médio oriente causada pela situação síria.

Entrevista

FAUSTO SIMÕES, ECONOMISTA

“A política monetária não está a propiciar o investimento”

Primeiro, a política monetária conduzida pelo BNA: “não está a propiciar o investimento”. Segundo, os rácios da dívida pública, face ao PIB: “deveriam estar nos 50%”. Terceiro, a política fiscal: “não há escapatória”. E, entre outros temas, o projecto de criação da futura Ordem dos Economistas: “serei candidato”. Quem o diz é o ex-decano da Faculdade de Economia da UAN, o economista Fausto Simões.



Por António Nogueira

Olhemos antes para a conjuntura económica. O Fundo Monetário Internacional (FMI) diz que a taxa de inflação, em Angola, atingiu níveis “inaceitáveis”. Tem razão o Fundo? Os actuais níveis da taxa de inflação, em Angola, são, de facto, preocupantes, sobretudo para um país que já conseguiu reduzir para um dígito, mais concretamente nos 9%, há uns três anos. São níveis preocupantes

que demonstram alguma distração. É o termo que me ocorre em relação a alguns dos nossos responsáveis que cuidam dessas matérias. O Governo fala em 40%, mas o FMI admite que a inflação tenha chegado aos 45%. Para este ano, o FMI prevê uma taxa de inflação na casa dos 20%, enquanto o Executivo admite que consigamos baixar esta taxa de inflação para 15 por cento.

Quem está a ser mais realista?

Admito que se possa conseguir as metas do Governo, com as restrições de circulação da massa monetária como está a acontecer. Só que há outras consequências nefastas com a política monetária que está a

ser seguida, de tal modo agressiva, tentando, a todo o custo, atingir essa cifra. Creio que as consequências não serão tão boas, pela forma como está a ser conduzida essa redução.

Porque?

Porque não está a propiciar o investimento. Não havendo massa monetária em circulação em quantidades ideais, não há investimento e, não havendo investimento, não há desenvolvimento. Acredito que as autoridades estão atentas a essa situação. Tem de se encontrar aí um meio-termo. Não queremos uma inflação alta, mas também não pretendemos que o investimento seja travado. E refiro-me ao investimento de pouca

montra, o micro e o médio investimentos não estão a ser possíveis. Podemos olhar também para o caso dos salários. Não se pode aceitar que, há quatro anos, os salários reais da função pública sejam sucessivamente diminuídos. O salário real dos funcionários está a diminuir todos os anos. E em quatro anos, no mínimo, foram reduzidos à metade. Isso é uma situação que cria constrangimentos, cria dificuldades na qualidade de vida das populações.

Mas isto não quer dizer que não há soluções fáceis? Os rendimentos das famílias quedaram, em parte, precisamente pela elevada inflação que se quer controlar com uma

política cambial mais restritiva. Há soluções alternativas?

O ideal seria a inflação ser reduzida por via da colocação de mais bens ao serviço da população, porque, se a oferta de produtos fosse uma constante, obviamente a procura reduziria. É assim que se equilibra a inflação nos países onde há produção, mas nós não temos a tal produção.

É precisamente esse o ponto-chave. Não temos produção, o que faz do nosso caso um caso diferente. Nós não temos a tal produção, porque, apesar da pretendida diversificação económica, ainda não temos os níveis ideais de diversificação

“ Não havendo massa monetária em circulação, em quantidades ideais, não há investimento e não havendo investimento, não há desenvolvimento. ”

que permite essa maior oferta de produtos, pelo que reconheço que é difícil encontrar uma solução. Aí a necessidade de se procurar o meio-termo. À medida que se vai diversificando a economia, tem de se ir permitindo um surgimento de maior massa monetária em circulação para desafogar as pessoas que não podem viver nesse aperto durante anos sem limites, porque isso cria constrangimentos sociais e dificulta a consolidação da classe média. E, sem classe média, não há investimento, não há micro e médias empresas a surgirem e a consolidarem-se. E, sem tudo isso, como já disse, não há desenvolvimento. Isso tudo é um ciclo que está interligado. É preciso mexer não só numa variável, como é o caso da restrição da massa monetária. É preciso mexer-se em outras variáveis para o equilíbrio socioeconómico.

O governador do BNA é crítico à prática instalada de venda de moeda externa aos operadores comerciais, por “queimar” divisas que seriam reservas do Estado. Mas o BNA também é criticado pela forma alegadamente “discriminatória” como faz a distribuição dessas mesmas divisas...

Quem beneficia dessas divisas? Será que não poderiam existir mais empresas e famílias para beneficiar dessas divisas? Claro que é possível! Aliás, nessa matéria, sabemos que não tem havido consenso absoluto entre o BNA e o Ministério das Finanças. No que diz respeito às medidas que têm sido tomadas para mitigar o declínio do preço do petróleo, sabemos que foram feitos alguns esforços. Foram reduzidos subsídios, embora sejam subsídios directos, mas é preciso dar-se mais iniciativa ao sector privado para que surjam mais produtos em circulação. Mas, para que mais empresários tenham acesso a essas divisas, talvez se imponha um ajuste à taxa de câmbio.

Ajuste em que sentido?

No sentido de se atingir o equilíbrio necessário e possível entre a taxa de câmbio no oficial e no informal. É preciso que mais empresários tenham acesso às divisas. Mesmo que, para tal, a nossa moeda tenha de ser desvalorizada mais uma vez. Vamos ver quando vai surgir essa coragem política, uma vez que as taxas de câmbio no paralelo estão

Os actuais níveis da taxa de inflação, em Angola, são de facto preocupantes, sobretudo para um país que já conseguiu reduzir este indicador para um dígito, nos nove por cento, há uns três anos.

O ideal seria a inflação ser reduzida por via da colocação de mais bens ao serviço da população, porque se a oferta de produtos fosse uma constante obviamente que a procura reduziria.

Temos de ter cuidado para não continuarmos a nos endividar porque senão depois uma parte significativa dos recursos terá de ser canalizado para o pagamento dessa dívida e não para o investimento.



PERFIL

Fausto de Carvalho Simões é licenciado em economia pela Universidade Agostinho Neto. Mestrado -MBA pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (Portugal), possui igualmente um doutoramento em Gestão e Estratégia feito no Instituto de Portugal, para além de um pós-doutoramento em Estratégias e Finanças Empresariais, pela Universidade Autónoma de Lisboa. Já foi decano da faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (UAN). Em 2014, ainda nas vestes de decano, foi distinguido, em Madrid, Espanha, com o título de Professor de Honra, a mais alta distinção da Sociedade de Estudios Internacionales da Faculdade de Madrid. Professor titular na UAN, fez uma breve passagem pelo Ministério de Geologia e Minas, onde desempenhou as funções de director nacional de minas. É também o coordenador da comissão instaladora da Ordem dos Economistas de Angola.

a baixar. Se houver alguma subida no oficial, acredito que as taxas se vão aproximar e isso será possível em menos de um ano. É pena que estamos em anos de eleições.

O Governo e o FMI divergem em relação às estimativas de expansão da economia. O que há de grave nisso?

É verdade. Há dados contraditórios entre o que o Governo e o FMI dizem. O Governo diz que vamos crescer 2,1% este ano. O FMI diz que vamos crescer apenas 1,25%.

Mas, o mais grave não é esta contradição. O mais grave é que este crescimento que está projectado no nosso orçamento é à custa fundamentalmente do investimento público. Um crescimento na energia de 40,2%, na agricultura de 7,3%, nas pescas de 2,3%, na construção de 2,3% e na indústria transformadora de 4%. É importante este investimento público, mas, como referi, maiores apoios deverão continuar a ser dados ao investimento privado, porque é este sector que mexe com a economia e que cria

as médias empresas. É este sector que dá emprego, que faz melhorar a qualidade de vida das populações.

As contradições também se aplicam em relação à sustentabilidade da dívida pública que já terá ultrapassado os 70% do PIB. Qual é a sua opinião?

A dívida pública não deveria ser mais de 50% do PIB. Há cinco anos, podíamos vangloriar-nos de sermos o 39º país como a menor dívida pública. Hoje já não acontece isso. Portanto, temos de ter cuidado para não continuarmos a endividar-nos, porque, de outra forma, depois uma parte significativa dos recursos terá de ser canalizada para o pagamento dessa dívida e não para o investimento.

Mas como se pode reduzir a dívida pública aos níveis que sugere no actual contexto?

O segredo é diminuir o défice das contas públicas, começa por aí. É criar as condições ao empresariado privado para melhor participar na economia, porque há tarefas que devem ser incumbidas ao Estado. Vou dar um exemplo: nós continuamos a ter uma agricultura muito debilitada e com custos elevados, por causa do custo da energia, e os empresários, a nível da agricultura e de outros sectores, continuam a recorrer a energias alternativas. Hoje já tenho dúvidas se a rede eléctrica é a rede principal ou se é a alternativa. Por exemplo, queremos aumentar a agricultura, mas não há nenhum programa de irrigação de terras. Esse papel é do Estado. Aqui perto, a 30 ou 40 quilómetros, na confluência entre a província de Luanda e do Bengo, temos montes de terras férteis, mas sem água. Então quem tem de pôr água nessas terras é o Estado. Não basta dizer que vamos diversificar, temos de criar as condições. Não é o Estado que tem de fazer a agricultura, mas o Estado tem de pôr lá a água, a luz para o agricultor não gastar dinheiro a comprar gasolina e gasóleo. A política de terras tem de ser reorganizada. Há muita gente com terras férteis e ao lado dos rios, mas não as cultiva. É preciso haver coragem para retirar a terra a essas pessoas que não cultivam e nem deixam cultivar e impendem que o país se desenvolva.

CONTINUA NA PÁG. 6

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

Involuntariamente são sabotadores, porque retêm as terras. Nós percorremos o país e, ao longo dos rios, vemos as terras, e se perguntarmos de quem são, ninguém sabe, mas sabe-se que têm donos. São estes pequenos problemas que temos e que temos de ultrapassar. E são esses pequenos problemas que, somados, se tornam grandes.

Que avaliação faz da política tributária em curso no país?

Esta é uma medida acertada e todos os países adoptam essas medidas. Nós, angolanos, não temos essa cultura e muitos de nós têm dificuldades em aceitar, mas é uma forma de redistribuir a riqueza. Quem tem mais receitas deve contribuir com parte das suas receitas para o Estado para que possa investir estes impostos na reorganização social do país, reinvestindo em outras áreas para beneficiar quem tem menos.

Mas há quem defenda que esta não é a melhor altura para se intensificar a cobrança de impostos, atendendo a depreciação dos rendimentos?

Se pensarmos dessa forma, nenhuma altura vai ser ideal para tal, porque em nenhum país do mundo o cidadão gosta de pagar impostos. Mas é por esta via que o Estado complementa o seu 'budget' para a resolução das questões. Temos de ser justos na recolha desses impostos. Quem tem mais deve pagar mais e quem tem menos deve pagar menos. Quem não tem não deve pagar. Agora é preciso criar mecanismos para se poder regular com justeza esse princípio.

O que acha da implementação do IVA em Angola?

A médio prazo, não temos escapatória. Vamos ter de ter. É uma mais-valia para o Estado. Ninguém tem de se preocupar com o IVA, porque quem consome é que paga. Não é o comerciante, o vendedor do produto ou do serviço. Portanto, o comerciante que está preocupado com isso só o pode estar a fazer de má-fé. Se formos a uma loja comprarmos um bem, nós é que vamos pagar aquele IVA e não a pessoa que nos está a vender. Ele apenas é o intermediário na recolha desta receita para entregar ao Estado. A implementação do IVA tem uma vantagem.



Manuel Tomás © AE

Nós não queremos uma inflação alta, mas também não pretendemos que o investimento seja travado. E refiro-me a investimento de pouca monta.

À medida que se vai diversificando, à economia tem de se ir permitindo um surgimento de maior massa monetária em circulação para desafogar as pessoas.

Vai moderar o consumo, porque, às vezes, também exageramos nas nossas apetências consumistas. Nos últimos tempos, temos estado mais moderados, mas é preciso ir cultivando alguns hábitos de poupanças, porque os países se tornam ricos poupando. E a poupança deve começar nas famílias. A poupança de todos os cidadãos faz com que o país tenha mais dinheiro e, se o país tiver mais dinheiro disponível, entesourado, há mais investimento e assim há mais emprego.

ORDEM DOS ECONOMISTAS NA FORJA

Como estão os preparativos para a criação da Ordem dos Economistas de Angola?

Criámos uma comissão instaladora que agrupa elementos de várias origens do país. Somos um total de 21 elementos, entre académicos e não-académicos, que nos propusemos trabalhar nas condições necessárias para a criação da tão ansiada Ordem dos Economistas de Angola.

E porque só agora o projecto surge, sendo que há, no país, uma associação dos economistas há já muitos anos?

Esta Ordem já devia ter surgido há muitos anos, uma vez que temos, de facto, uma associação criada há mais de 25 anos e que já deveria ter evoluído para Ordem, a exemplo do que acontece com outras associações de profissionais. De qualquer forma, agora chegou a vez de levarmos a peito esta responsabilidade e é nesta conformidade que já elaborámos todos os anteprojectos para o efeito, nomeadamente o anteprojecto dos estatutos, o anteprojecto do regulamento disciplinar e o anteprojecto do regulamento eleitoral. Neste momento, estamos a dar os retoques finais à nossa futura insígnia, bem como à nossa futura bandeira que são elementos que devem constar do projecto de estatutos.

Que passos já foram dados no sentido de se mobilizarem os profissionais do ramo?

Já publicámos em alguns órgãos de imprensa um aviso para todos os economistas e gestores. Vamos também incluir os gestores, uma vez que temos alguma semelhança em termos de formação. Publicámos o anúncio em que apelámos a todos os profissionais de economia e gestão a inscreverem-se no nosso endereço electrónico economistasdeangola@gmail.com.

Esta inscrição dá origem à recepção de uma candidatura que os interessados em pertencer à Ordem deverão preencher e remeter a esse endereço electrónico. O próximo passo, que deverá ser muito em breve, será canalizarmos para todos estes candidatos a membros da Ordem esse projecto de pacote legislativo, a fim de os mesmos começarem a estudá-lo. Depois de fechado este processo, vamos realizar, num prazo de entre 30 e 45 dias, a nossa assembleia constituinte, em que esse projecto de pacote legislativo vai ser amplamente discutido e aprovado. Na assembleia, iremos, em primeiro lugar, proclamar a constituição da Ordem dos Economistas de Angola. Iremos igualmente aprovar uma comissão directiva provisória, constituída por cinco ou sete elementos, comissão essa que, até às eleições, substituirá a comissão instaladora que actualmente existe.

Já há muitas inscrições efectuadas?

Já temos algumas dezenas de inscrições. Estamos precisamente a aguardar que esse número cresça mais um pouco para começarmos a distribuir os projectos de regulamentos e estatutos que possuímos. Depois disso, entramos num processo em

“É importante haver investimento público mas, como referi, maiores apoios deverão continuar a ser dados ao investimento privado.”

velocidade cruzeiro. Ou seja, nos termos da lei, teremos nomeadamente de remeter os projectos ao Ministério da Justiça, juntamente com um parecer do Ministério da Economia, sendo que todas as Ordens de forma indirecta acabam por estar ligadas a um departamento ministerial do Executivo. Após a aprovação desse pacote legislativo pelo Ministério da Justiça e consequentemente a sua promulgação e publicação pelo Conselho de Ministros em Diário da República, ficam criadas as condições para elegermos os corpos sociais da Ordem.

Já há prazos para as eleições dos órgãos sociais da futura Ordem?

Se houver alguma celeridade do Ministério da Justiça e do Conselho de Ministros, prevemos realizar este acto eleitoral entre Maio e Junho deste ano. Obviamente que, a anteceder a este acto eleitoral, estarão abertas as inscrições para as listas concorrentes. Desde já, admitimos também apresentar uma lista encabeçada por mim e onde procuraremos reunir várias sensibilidades da nossa urbe. Depois dessas eleições, teremos de despoletar um processo similar a nível das quatro regiões que definimos nos estatutos que são a região norte, centro, sul e leste. Começaremos por criar delegações regionais da Ordem nestas quatro regiões e admitimos que, com o decorrer do tempo, a tendência será alargar essas regiões para todas as províncias. No entanto, em Luanda não precisaremos de ter uma delegação regional, porque os economistas e gestores que residem na província de Luanda, obviamente, que participarão directamente nas actividades junto do órgão central que regerá essa associação profissional.

Além da formação académica em economia e gestão, haverá outros critérios para a admissão na Ordem?

No início, os critérios não serão muito apertados. Porque, naturalmente, pretendemos que a Ordem nasça com o maior número de membros possíveis. No princípio, o requisito será a licenciatura, mestrado ou doutoramento em Economia ou num dos ramos de gestão. No futuro, com a criação de um regulamento de estágios, obviamente que os critérios serão mais apertados. Estamos a admitir que, no futuro, os econo-



Manuel Tomás © AE

Admito que se possa conseguir atingir uma inflação de 15% este ano, com as restrições de circulação de massa monetária como está a acontecer. Mas há outras consequências nefastas com a política monetária que está a ser seguida.

70%

Valor do peso da dívida pública no Produto Interno Bruto, uma cifra que preocupa o economista Fausto Simões.

1,25%

Previsão de crescimento que o FMI atribui à economia angolana até ao final do presente ano.

mistas juniores deverão, a exemplo do que acontece nas outras Ordens aqui no país e no estrangeiro, passar por um estágio que os capacite. Após um certo período na condição de membros estagiários, passarão a membros efectivos, depois de avaliados e recomendados por uma equipa de dois ou três economistas seniores que acompanharão estes jovens economistas e gestores.

O que está previsto, em termos de cobrança de quotas?

Não temos isso definido ainda. Em princípio, vamos definir essas quotas na Assembleia-geral que irá aprovar esse pacote legislativo. Mas não fugirá àquilo que existe nas outras Ordens no nosso país.

A Associação dos Economistas de Angola desaparece com o surgimento da Ordem?

Não, porque, nos nossos estatutos, temos previstos membros fundadores, membros efectivos singulares ou colectivos. E a Associação dos Economistas de Angola pode integrar efectivamente na Ordem, como membro efectivo colectivo.

Uma vez que já se assumiu como futuro candidato à liderança da Ordem, que temáticas deverá privilegiar na sua agenda de trabalho, caso seja eleito?

Vamos arrancar com três colégios de especialidade, um de Economia, um de Gestão e outro de Estratégia e Marketing. São as estruturas técnicas que se vão preocupar com a discussão de matérias especializadas a fim de dotar os economistas e gestores de uma maior capacidade académica e científica. Esses colégios terão também a missão de debater matérias de interesse nacional, quiçá de apoio ao Executivo e aos governos provinciais. Naturalmente que a tendência será cada um desses colégios de especialidade dar origem a outros colégios de especialidade. A título de exemplo, o colégio de especialidade de Economia poderá evoluir, no futuro, para um colégio especializado de economia monetária e financeira, ou ainda num outro de política fiscal e aduaneira. O colégio de especialidade de Gestão poderá evoluir para um colégio de especialidade de gestão de empresas; outro de gestão bancária, ou ainda de gestão financeira. É nessa perspectiva que admitimos crescer gradualmente, com segurança e cientificidade.

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
 A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14

PETROLEO
Potencial do onshore ignorado
 Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos que promove a criação de milhares de empregos e de emprego marginal, abaixo dos 3%, com tratamento e tecnologia mista 67% de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Pág. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISA:
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza
 A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAN) é autora de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no sentido de acordos com as autoridades angolanas, para que o real seja aceito em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas
 Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que prevêem abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

CATIVIDADE DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE
 À entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a impossibilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Pág. 10-11

Moedas: ARZ USD 160,9 Kz (+0,7) | EUR 181,02Kz (+0,7) | LIRA 329,7 Kz (+0,3) | YUAN 24,3 Kz (+0,3) | RAND Rand -10,5 Kz (+0,1)

Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política



46% da electricidade do país é produzida em centrais térmicas.

CEIC LANÇA RELATÓRIO DO SECTOR

Luanda absorve 70% da energia eléctrica

ELECTRICIDADE. Estima-se que o segmento doméstico consuma 46% do total da energia produzida em Angola, seguido dos serviços, com 32%, enquanto a indústria absorve apenas 8%.

Por António Miguel

Pelo menos, 5.239.745 habitantes têm acesso à electricidade no país, com Luanda a reclamar 70% do consumo total, revela o relatório 'Energia em Angola 2016' do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Uni-

versidade Católica, publicado na última semana em Luanda. "Grande parte da electricidade é distribuída para Luanda e muito pouca para as outras províncias", destaca o estudo, apontando que ao conjunto do sistema Norte, em que se inclui a capital, é destinado 77% da carga total.

O relatório do CEIC avança que, até 2014, o Governo investiu, pelo menos, 965,6 mil milhões de kwanzas na produção de electricidade, indicando que a baixa taxa de electrificação do país "não se deve apenas ao défice de pro-

2.354

Megawatts: capacidade de energia instalada actualmente em Angola.

dução, mas também a um nível de ineficiência muito elevado no que toca à distribuição da energia produzida". A distribuição de energia, em 2015, exemplifica o relatório, foi de 8.383 gigawatts/hora, 42% abaixo da meta de 14.465

gigawatts/hora estabelecida. No entanto, neste mesmo ano, a produção foi de 9.698 gigawatts/hora, registando-se uma perda de 16%.

Ainda em ralação às perdas de energia, os investigadores do CEIC apuraram que o 'fenómeno' apresenta uma tendência de evolução crescente, apresentando-se como um desafio para a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), a nova entidade de distribuição criada em 2014, com a reforma no sector.

O estudo estima que o segmento doméstico consuma 46%

do total da energia produzida em Angola, seguido dos serviços, com 32%, enquanto a indústria absorve apenas 8%. Quando comparado a alguns países africanos da 'SADC', em termos de consumo de electricidade pelo sector industrial, Angola aparece na cauda (ver gráficos), atrás de todos os países vizinhos (Congo Democrático, Zâmbia e Namíbia). Pelo menos, em sete Estados da região, mais de 40% da carga total é alocada à indústria. A perspectiva do Governo angolano, de acordo com o documento

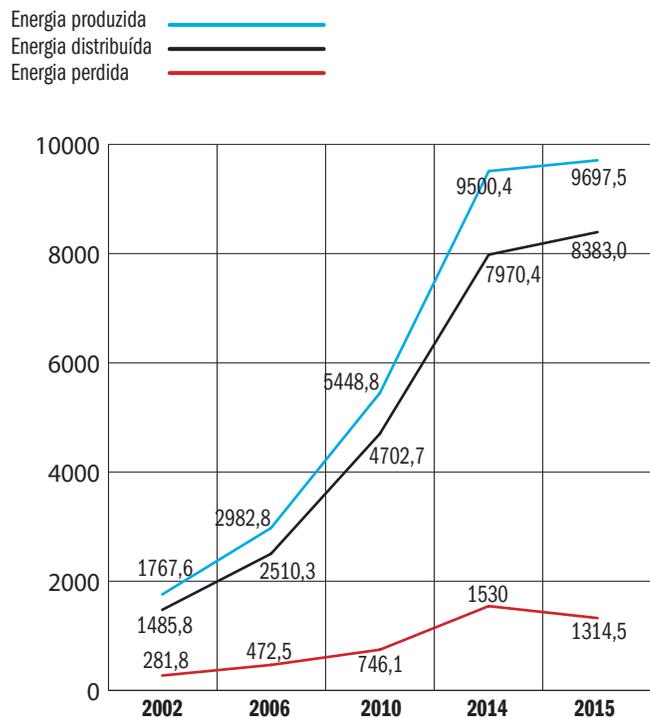


O MINISTÉRIO DO COMÉRCIO reduziu as direcções executivas de cinco para duas, como consequência da alteração do estatuto orgânico e do processo de reestruturação iniciado em Março.



O MINISTÉRIO DE GEOLOGIA E MINAS quer usar uma única estratigrafia (estudo dos estratos do solo) para a codificação das regiões e empreendimentos geológicos, informou o director nacional de Geologia, André Buta.

Evolução da energia distribuída vs energia produzida (GWh)



MEMORIZE

● **Apesar de avultados investimentos**, a intermitência no fornecimento de electricidade continua a fazer parte do quotidiano das famílias angolanas a tornar o custo de fazer negócio no país insuportável. No relatório Doing Business de 2016, do Banco Mundial, Angola aparece na 166.ª (numa lista de 189 países) na obtenção de electricidade, segundo o relatório do CIEC.

watts hídricos e 1.438 megawatts. Em 2015, a produção de energia cifrou-se em 9.698 gigawatts/horas, representado um crescimento de 78% face a 2010 (5.448,8 gigawatts/hora), sendo 46% de fontes térmicas. Em 2010, de acordo com o CEIC, apenas 32% da produção de energia era proveniente de fontes térmicas. “Tal demonstra uma opção por fontes de energia mais caras e menos amigas do ambiente”, aponta o relatório, recordando que, em 2006, apenas 15% da produção total provinha de fontes térmicas. Os autores do estudo alertam que “a actual situação económica e financeira que o país enfrenta tem provado que os custos com a manutenção das grandes centrais térmicas se podem tornar insuportáveis ao ponto de, a curto prazo, afectarem significativamente a oferta de energia nos principais centros urbanos do país”.

Um dos principais entraves que o sector tem enfrentado, ao longo dos anos, tem que ver com “a inaptidão de aproveitamento correcto da capacidade de produção”, que cresceu 18% de 2010 a 2015 (produção hídrica), passando de 782 megawatts a 916 megawatts. Enquanto a capacidade de produção térmica 118%, neste mesmo período, cresceu de 660 megawatts para 1.438 megawatts.

Da capacidade instalada, em média, apenas 70% está disponível. As condições de hidraulicidade que têm afectado as barragens de Capanda e Cambambe, bem como os trabalhos indispensáveis de revisão do grupo do Alçamento Hidroeléctrico de Capanda estão na origem da baixa taxa de disponibilidade de energia em Angola, segundo os especialistas do CEIC.

AIA PREOCUPADA COM A FALTA DE ENERGIA

Apagões criam prejuízos de 100 mil kz/dia aos industriais

Os associados da Associação Industrial de Angola (AIA) estarão a contas com avultados prejuízos, nas respectivas carteiras de negócios, como consequência dos constantes cortes no fornecimento de electricidade a Luanda. Entre a classe, há quem diga estar a gastar, em média, 100 mil kwanzas/dia na compra de combustível para alimentar os geradores.

O presidente da AIA, José Severino, afirmou, em declarações ao VALOR, não ser possível desenvolver uma indústria com recurso a energias alternativas, salientando ser este um dos motivos que tornam as empresas nacionais menos competitivas se comparadas a outras da região. José Severino (na foto) reconhece as vantagens que a barragem hidroelétrica de Laúca poderá trazer, entretanto, considera que não obstante as desculpas públicas apresentadas, nomeadamente pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, as empresas não foram previamente avisadas para acautelarem eventuais constrangimentos.

“Elas já estão sobrecarregadas com outros custos, agora com a falta de energia, as despesas aumentaram. Algumas empresas chegam a gastar, diariamente, 100 mil kwanzas para o abastecimento de geradores.”

O responsável da associação dos industriais lembrou que, desde Janeiro de 2016, o Ministério das Finanças ajustou os preços dos combustíveis, passando a gasolina a ser vendido ao preço de 160 kwanzas, enquanto o gasóleo passou a custar 135 kwanzas o litro. Os dois produtos deixaram de ser subvencionados.

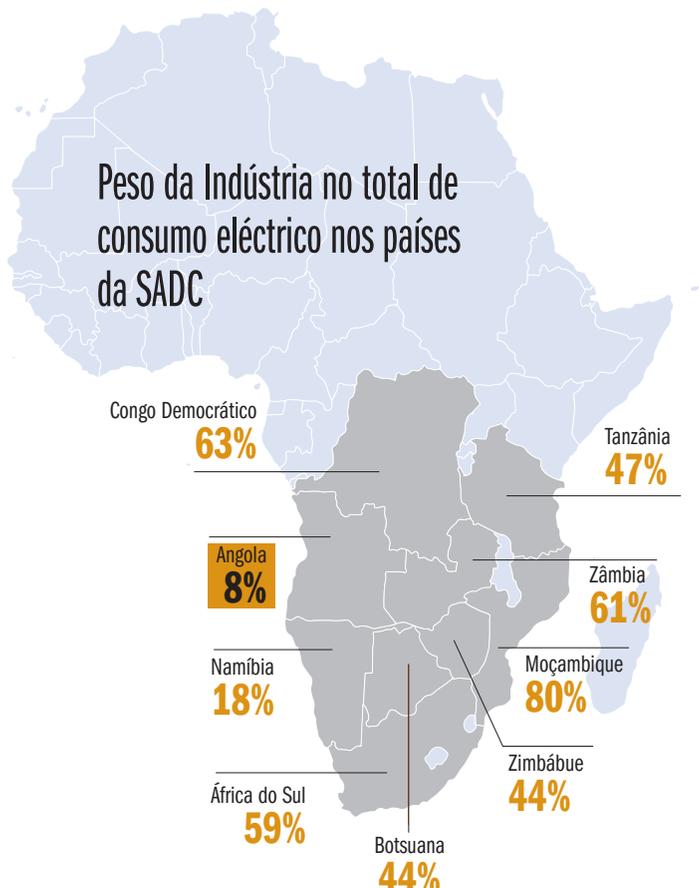
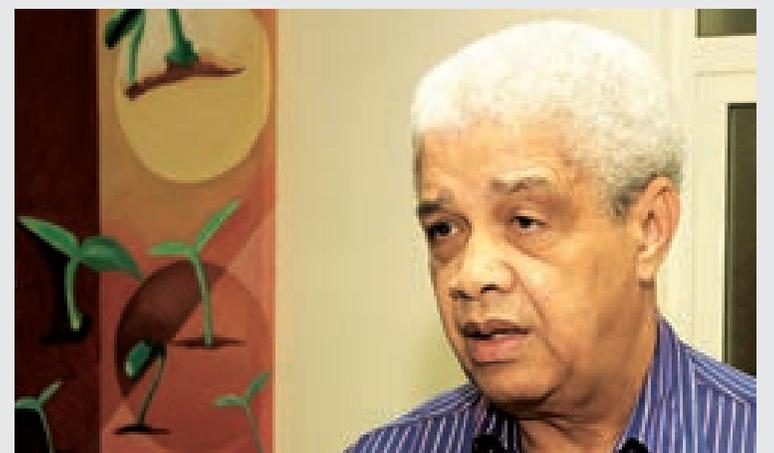
As restrições no fornecimento de energia eléctrica, justificada com o enchimento da albufeira da barragem de Laúca, estão a criar também prejuízos incalculáveis aos consumidores, com enfoque para o ramo comercial, onde os operadores estão a perder diversos produtos alimentares, segundo constatou o VALOR.

A situação abriu uma oportunidade para os vendedores de geradores, nalguns casos, duplicarem os preços, com os mais procurados a serem os de 2,2 KW, comercializado por 150 mil kwanzas, suficientes para garantir a conservação de alimentos e a iluminação.

As restrições acontecem exactamente numa altura em que o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola lançou o seu relatório sobre ‘Energia em Angola’.

Na apresentação do documento, o coordenador daquela instituição académica, Alves da Rocha, apesar de reconhecer os esforços empreendidos pelo Governo, reforça a ideia da AIA, de que “não é possível desenvolver a indústria com geradores porque acarreta muitos custos”.

Por José Zangui



40%

De energia de sete países africanos da região SADC é alocado ao sector industrial.

do CEIC, é de que, em 2025, pelo menos, 25% do consumo de energia seja canalizado para o sector industrial.

PRODUÇÃO

Angola tem uma capacidade instalada de energia na ordem dos 2.354 megawatts, sendo 916 mega-

Economia/Política

DIFICULDADES DE IMPORTAÇÃO EM 2016

Produção aquícola ficou mais de 93% abaixo da meta

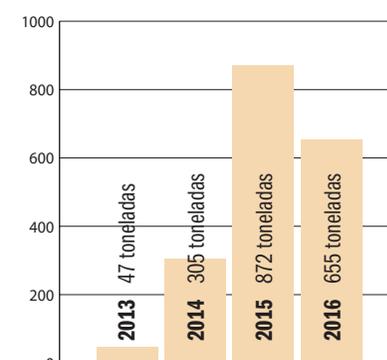


Manuel Tomás © AE

Províncias líderes na aquicultura

● Uíge ● Luanda ● Bengo ● Kwanza-Sul

Produção nos últimos anos

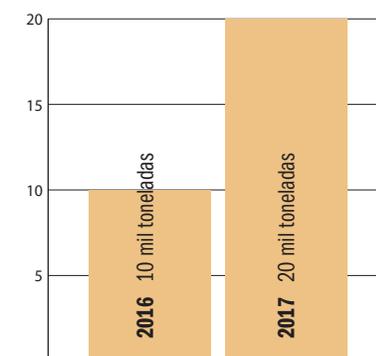


Previsões do PND

2015	26 mil toneladas
2016	40 mil toneladas
2017	60 mil toneladas

01 02 03 04 05 06 0

Previsões do programa dirigido



Produção aquícola no mundo

2013	70,3 milhões de toneladas
2014	73,8 milhões de toneladas

PESCAS. Governo duplica previsão de produção aquícola para as 20 mil toneladas, apesar dos resultados de 2016, que ficaram aquém dos objectivos. Autoridades reconhecem dificuldade no acesso ao crédito para o desenvolvimento da actividade.

Por Isabel Dinis

MEMORIZE

● **A aquicultura actualmente é responsável pela produção de metade do peixe consumido pela população mundial, indicam dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).**

A produção aquícola ficou 93,45% abaixo das metas preconizadas pelo Governo, em 2016, no âmbito do programa dirigido para a produção e exportação da tilápia, devido a dificuldades na importação de ração.

Das 10 mil toneladas previstas pelo Ministério das Pescas, a produção ficou-se pelas 655 toneladas, segundo cálculos do director nacional da Aquicultura, António José

da Silva, que lembra que a “ração é praticamente toda importada”.

Apesar do falhanço do ano passado, o Ministério das Pescas duplicou a meta para 2017, ao prever 20 mil toneladas de produção, motivado pelas “boas notícias das empresas importadoras de ração, que informaram a Direcção Nacional de

Aquicultura, que este ano há mais razão para vender do que clientes.”

António José da Silva declara que o Ministério vai trabalhar para que os objectivos sejam alcançados, mas lembra que, apesar da actual abundância que se regista na disponibilidade de rações, os empresários que pretendem apostar nesse subsector estão com muitas dificuldades em conseguir financiamento bancário. O Ministério tem, na sua base de dados, 124 projectos de aquicultura continental e 12 de maricultura, todos à espera de financiamento.

Já a Direcção Nacional de Aquicultura tem registadas, na sua base de dados, 50 empresas em pleno funcionamento que praticam a aqui-

cultura continental. Cerca de 99% das empresas dedicam-se à produção de cuscus e o restante à produção de bagre.

SUBSECTOR “NOVO”

A aquicultura actualmente é responsável pela produção de metade do peixe consumido pela população mundial, indicam dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Angola está ainda a dar os primeiros passos no que respeita à produção aquícola, comparando aos gigantes deste subsector como a China. O país apenas começou a ter os primeiros dados de produção em 2013, altura em que foram contabilizados cerca de 50 toneladas de pescado. Em 2014, a produção atingiu as 305 toneladas, conhecendo o pico em 2015, com 872 toneladas.

A prática já atinge quase todas as 18 províncias, sendo o Uíge, Benguela e Bengo os principais destaques nesta actividade.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Estrada das Terras Verdes
 km 1 Caope Velha Funda - Cacuaco – Luanda
 Escritório: (+244) 928 981 644
 comercial@concerangola.co.ao | www.concerangola.co.ao

Economia/Política

AVALIAÇÃO DE DOIS ECONOMISTAS

Investimentos em infra-estruturas destacam-se em 15 anos de paz

BALANÇO. Alves da Rocha e Josué Chilundulo comentam os resultados dos investimentos públicos na primeira década e meia, pós-conflito armado. Destacam investimentos em infra-estruturas e apontam desafios imediatos.

Por José Zangui

A reabilitação e modernização das principais infra-estruturas, nomeadamente a recuperação de estradas e pontes, vias ferroviárias, a construção das infra-estruturas portuárias, a expansão da rede eléctrica que passou de uma potência instalada de 700 MW em 2002, para mais de 3000 MW em 2016, são alguns dos resultados da paz apontados por especialistas e governantes.

O economista Alves da Rocha observa que, em 2002, com o fim da guerra, foi “recuperada a possibilidade de se pensar no futuro”, observando que “não há nenhum país no mundo que consiga organizar-se e incentivar a população num cenário de guerra”.

Alves da Rocha destaca os avanços no sector energético e avalia que o Governo tem prestado “atenção especial” a este sector, ao fazer “poderosos investimentos”.

Socorrendo-se a dados oficiais, o economista avança que, no quadro do Plano Nacional de Electrificação, no global, o Governo já investiu 17 mil milhões de dólares, “o que demonstra uma preocupação para permitir a competitividade”.

Por sua vez, o economista Josué Chilundulo entende que o alcance da estabilidade político-militar em 2002 criou um ambiente favorável à reactivação dos sectores

socioeconómicos, com particular destaque para o sector agrícola. Chilundulo aponta o aumento “significativo” de iniciativas privadas no sector do micro e pequenas empresas que, como avalia, produzem efeitos positivos no indicador de emprego.

Como nota, a paz permitiu também a reabilitação e modernização dos aeroportos em todas as províncias, estando em curso o maior investimento neste particular, com a construção do futuro aeroporto internacional de Luanda.

O ministro dos Transportes, recentemente, no Moxico, afirmou estar concluído a reabilitação e modernização da rede ferroviária de Angola, nomeadamente, o Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL), de Benguela (CFB) e de Moçâmedes (CFM), restando a República do Congo fazer a sua parte, na zona de Catanga para permitir a ligação entre os dois países.

Mas há outros resultados visíveis na apreciação de alguns observadores. Dados do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA) revelam que, de 2006 a 2010, Angola passou de 322 quilómetros para um total de 6.404 quilómetros de estradas reconstruídas, e oito capitais provinciais já estavam interligadas por estradas asfaltadas. Mais de 500 concluídas, entre provisórias, definitivas e metálicas.

ESPECIALISTAS ACONSELHAM

Não obstante os avanços, especialistas apontam os desafios que Angola deve enfrentar. Josué Chilundulo defende a urgência do equi-

ALGUNS NÚMEROS AEROPORTOS



60 MILHÕES de dólares - reabilitação do aeroporto de Ndalatando.

250 MILHÕES de dólares - modernização do aeroporto de Catumbela, Benguela.

9 MILHÕES de dólares, reabilitação do aeroporto 17 de Setembro, Benguela.

14 MILHÕES de dólares - reabilitação do aeroporto Joaquim Kapango, no Bié.

40 MILHÕES de dólares, reabilitação do aeroporto de Luena, Moxico.



ALGUNS NÚMEROS CAMINHOS-DE-FERRO

3,5 MIL MILHÕES de dólares aplicados na reabilitação e modernização dos três caminhos-de-ferro.

2.612 QUILOMETROS reabilitados.

151 ESTAÇÕES construídas de raiz.



Mário Mujetes © VE

líbrio macroeconómico, sugerindo a adopção de uma estratégia para melhorar a taxa de inflação, a competitividade das taxas de juros, o desequilíbrio da balança de pagamento e a melhoria da distribuição de recursos. Para o especialista, o micro e o pequeno negócios têm de acontecer para que, no curto e médio prazos, se gere uma cadeia produtiva de menor tecnologia mas que possa gerar emprego. “Uma maior aposta deve ser feita na agricultura por ser um sector de mão-de-obra intensiva”, acresce.

Alves da Rocha, por sua vez, pede mais transparências nos processos levados a cabo pelo Governo e é de opinião que a diversificação da economia que se propala não acontece se não houver água, energia e comunicações eficientes. “As indústrias precisam disso, é importante que se resolvam estes problemas”, alerta.

3

Mil megawatts é a potência instalada de energia eléctrica em 2016, prevendo-se um aumento, este ano, com a entrada em funcionamento da barragem hidroeléctrica de Laúca

500

Infra-estruturas são os números de pontes concluídas no país, desde o fim da guerra, entre provisórias, definitivas e metálicas.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Mercado & Finanças

NOS DOIS ÚLTIMOS LEILÕES QUE FECHAM O PRIMEIRO TRIMESTRE

BPC consome 5,7% das divisas para 'limpar gap' da antiga gestão

BANCA. Instituição foi o quarto e sexto maior destino das divisas que o Banco Nacional de Angola colocou no mercado nas duas últimas sessões do primeiro trimestre. De um total de 592,6 milhões de euros, o banco absorveu perto de 6%, para o programa de saneamento da gestão do banco. Outros bancos só receberam 10,5 milhões.

Por Nelson Rodrigues

O Banco Nacional de Angola (BNA) fechou o primeiro trimestre com uma colocação de 592,6 milhões de euros, no mercado cambial, com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) a encaixar 34 milhões, para o programa de saneamento de responsabilidades da entidade, em duas sessões seguidas, de acordo com números do banco central compilados pelo VALOR.

Com uma colocação de 493,7 milhões de euros (551,3 milhões USD, ao câmbio do BNA), na antepenúltima semana de Março, o banco estatal absorveu do leilão de divisas 29,5 milhões, equivalentes a quase 6% do total, para o programa de saneamento do banco, iniciado no ano passado, com a destituição da administração de Paixão Júnior.

A fechar o trimestre, o banco captou mais 4,5 milhões de um total de

98,9 milhões de euros, numa sessão em que o maior volume das divisas, no valor de 53,7 milhões, serviram para cobrir encargos para a cobertura de operações do sector petrolífero, e mais 8,3 milhões para as "necessidades de empresas diversas".

O programa de saneamento e reestruturação do BPC teve como base o ano de 2016, com o afastamento da equipa de Paixão Júnior à frente do banco, ao fim de 15 anos de mandato. Mas os problemas do banco vinham antes da queda desta administração.

AUDITORES 'CRITICAM' GESTÃO

Já em Dezembro de 2015, uma equipa de auditores do banco tornou público, em relatório, o facto de o banco ter estado a braços com 147 insuficiências no controlo interno, abrangendo as áreas de crédito, depósitos, mercado monetário e a divulgação e preparação de informação financeira.

No relatório, a área de crédito foi a que levou maior reserva dos auditores do banco, mas apenas em 2016 se ficou a saber dos níveis de crédito de cobrança duvidosa no BPC, que, segundo o ministro das Finanças, Archer Mangureira, por

6%

Corresponde à margem de divisas arrecadadas pelo BPC nas duas últimas semanas do primeiro trimestre, equivalentes a 34 milhões de euros, para saneamento das responsabilidades do banco.

10,5

Milhões de dólares: valor que a EGTI, em termos acumulados, pretende arrecadar até 2020.

MEMORIZE

● O PROGRAMA de saneamento do BPC teve início em finais do ano passado, com a destituição da equipa de Paixão Júnior, que deixou o banco com créditos irrecuperáveis a ascender os 218,418 mil milhões de kwanzas.



altura do empossamento da equipa de Zinho Baptista no BPC, está avaliado em 218,418 mil milhões de kwanzas, reforçando assim o programa de saneamento e reestruturação do banco.

As últimas vendas foram realizadas entre 20 e 31 de Março, num total de duas sessões, em que o banco, agora liderado por Ricardo d'Abreu bateu os restantes bancos ao leilão, que só receberam do BNA pouco mais de 10 milhões de euros, precisamente 10,5 milhões.

ALIMENTAÇÃO LEVA MAIS

Na semana de 20 a 24, as operações de bens alimentares foram as que absorveram a maior fatia das divisas colocadas ao mercado, com 212,9 milhões, seguida das operações de cobertura para o sector petrolífero, que não foi além dos 81,7 milhões de euros.

As demais alocações serviram para acudir pressões nos sectores da agricultura (35,7 milhões), empresas diversas (32,0 milhões),

Saúde (15,1 milhões), viagens, ajuda familiar, saúde e educação (13,4 milhões), cartões de crédito (13,4 milhões), Organismo do Estado (13,1 milhões), cartas de crédito (7,7 milhões), necessidades dos bancos (6,0 milhões), além das pescas, operações com remessas e cobertura a fonecedores do BNA.

Na semana seguinte, a última do período, a sessão vendeu divisas para as coberturas diversas, desde o sector petrolífero, necessidades com bolsas de estudos, bancos Telecoms, companhias aéreas a compras de peças e assessorios diversos, numa operação que largou um total 98,9 milhões de euros.

Nos dois últimos relatórios de mercado monetário e cambial, o banco central não especifica em que tipo de "saneamento de responsabilidade" o banco aplicaria o montante, no entanto, as sucessivas alterações na administração e o programa de reestruturação em curso ajudam a entender o destino dos 34 milhões de euros.

O BANCO ANGOLANO BNI Europa anunciou que foi a instituição bancária que mais cresceu em Portugal, ao ver a base de depósitos aumentar em quase 5.200%, para 262,2 milhões de euros, entre 2015 e 2016, segundo noticiou a agência Lusa.



A BOLSA DE DÍVIDA e Valores de Angola (BODIVA) registou, no mês de Fevereiro, menos quatro negociações do que no mês anterior, ao contabilizar apenas 80 operações, correspondentes a 2,7 milhões de títulos negociados.



Archer Mangueira, ministro das Finanças

NUM ACORDO COM O MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Crédit Agricole garante dinheiro para descativar várias obras do Estado

FINANCIAMENTO. Banco líder no crédito à economia francesa e Ministério das Finanças estão a preparar um acordo de financiamento que prevê descativar vários projectos e obras públicas “de interesse nacional”. Sem avançar montante por se libertar, o Governo garante que o dinheiro deverá cobrir despesas sociais e grandes obras do Estado.

Por Nelson Rodrigues

Vários projectos de investimento público vão beneficiar, nos próximos dias, de um desembolso financeiro do maior banco francês, o Crédit Agricole Bank, enquadrado numa linha de crédito a ser assinada entre a instituição financeira e o Estado angolano, de acordo com um anúncio do Governo, saído da última reunião conjunta das comissões económica e para a economia real do Conselho de Ministros.

Com o financiamento, o Governo, por via do Ministério das Finanças, considera haver condições para a prossecução dos projectos inseridos no Programa de Investimentos Públicos e “outros obras de interesse nacio-

nal”, cativados por insuficiências de recursos financeiros nos dois últimos Orçamentos Gerais do Estado.

O Governo entende que, “apesar da queda de receitas, os projectos estruturantes devem ter continuidade, para impulsionar o crescimento do Produto Interno Bruto e garantir o bem-estar da população”, numa programação que deve priorizar os gastos com o sector social e os grandes investimentos públicos.

O Crédit Agricole Corporate and Investment Bank é conhecido por ser líder do crédito à economia francesa, maior gestor de activos da Europa e o maior investidor imobiliário francês, de acordo com uma apresentação disponível no portal do grupo.

O memorando, também designado ‘Acordo - Quadro de Financiamento’, que não faz menção a quanto a linha deve libertar, foi um dos pontos de discussão da reunião governamental, cujo processo deve

ser preparado e assinado pelo Ministério das Finanças.

A nota produzida pelo secretariado do Conselho de Ministros não especifica os projectos, nem as regiões do país a serem abrangidas por esta linha de crédito, que deve tirar de ‘cativações’ um volume de projectos previstos nos orçamentos de 2015 e 2016.

No ano passado, por exemplo, o governador do Moxico queixou-se publicamente de não ter recebido quaisquer notificações do Tesouro sobre transferências de verbas para a execução de 53 projectos do Programa de Investimento Público, o que obrigou a suspensão ou cativação desses projectos.

Ao desembolso financeiro do banco líder na economia francesa e europeia, somam-se o já concretizado financiamento dos eurobonds, cujos projectos já estão identificados e em fase de preparação.

PUB

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call centre

(+244) 947 992 828

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Empresas & Negócios

INVESTIMENTO VAI SER APLICADO NO KWANZA-NORTE

Unicarnes investe 12 milhões USD em fábrica de carne

O projecto vai beneficiar de incentivos fiscais, como a redução de 70% da taxa de imposto industrial.



INDÚSTRIA. Instalação da unidade fabril deve estar concluída até ao primeiro trimestre de 2018. Cerca de 110 empregos devem ser criados. O objectivo é reduzir a importação de carnes, calculada em 600 milhões de dólares por ano.

Por Isabel Dinis

A empresa Unicarnes vai investir 12 milhões de dólares na construção de uma fábrica de abate, processamento e comercialização de gado bovino e caprino, no Dondo, Kwanza-Norte, revela um contrato de investimento assinado, no último 23 de Março, com a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP) a que o VALOR teve acesso.

Segundo os termos do acordo, a unidade fabril vai ser instalada em um ano, a contar da data da assinatura do contrato, com o início da exploração previsto para três meses após o termo das obras. Além do processamento e abate, a fábrica vai dedicar-se também

à desmancha e a desossa de bovinos em peças açougueiras, com acondicionamento e congelação. A expedição de carcaças, de peças de carne embaladas, de miudezas e couros, e o fabrico de farinha de carne e gorduras constam das operações a serem processadas na Unicarnes, que admite criar 110 empregos directos, 103 dos quais para nacionais. O objectivo principal é “alavancar a criação de gado bovino no país, aumentar a oferta de carne no mercado interno e incentivar a diversificação da economia”, estabelece a empresa no contrato de investimento, em que prevê destinar 25% da produção para a exportação. Os alvos serão os mercados de proximidade e a Unicarnes espera, com as vendas ao exterior, obter divisas para “o contributo e desenvolvimento das explorações nacionais”.

Ao abrigo da nova lei de investimento privado, o projecto vai bene-

MEMORIZE

- A Unicarnes, no contrato, prevê, como objectivos principais, alavancar a criação de gado bovino no país, aumentar a oferta de carne no mercado interno e incentivar a diversificação da economia.



ficar de incentivos fiscais, como a redução de 70% da taxa de imposto industrial, por um período de oito anos, a redução de 70% do imposto sobre a aplicação de capitais, também por oito anos, e a redução da taxa de imposto de sisa.

O contrato prevê que as instituições estatais, de acordo com as respectivas competências, apoiem a investidora. A UTIP deve apoiar na obtenção de licenças e outros documentos necessários para a implementação, ao passo que o Ministério da Indústria deve garantir atempadamente a emissão de qualquer licença e autorizações que venham a ser solicitadas. O governo do Kwanza-Norte fica com a responsabilidade de assegurar a apreciação e aprovação dos projectos de construção e demais licenciamentos necessários para a implementação do empreendimento.

Para que o projecto possa merecer o acompanhamento das autoridades, a Unicarnes fica comprometida a elaborar trimestralmente um relatório de implementação e desenvolvimento do investimento, preenchendo um formulário submetido pela UTIP.

Angola continua a ser muito dependente das importações de carne, com as médias anuais a atin-

600

Milhões de dólares, custo das importações médias anuais de carne de Angola

110

Número de trabalhadores que a empresa prevê contratar.

girem os 600 milhões de dólares, segundo dados oficiais. Recentemente e depois de várias matérias do VALOR que davam conta do abandono do matadouro industrial de Camabatela, o secretário de Estado da Agricultura para o sector empresarial, Carlos Alberto Pinto, anunciou, para Junho próximo, a inauguração do empreendimento, que conta com uma capacidade de abate de 300 cabeças de gado por dia.

100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SERVIÇO NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

COMUNICADO

PREVISÕES DAS AQUISIÇÕES DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017

Por forma a garantir a melhoria da qualidade na execução da despesa pública, mediante a promoção da transparência e concorrência no mercado da contratação pública, o Serviço Nacional da Contratação Pública, órgão responsável pela regulação e supervisão da contratação pública, leva ao conhecimento dos potenciais e/ou fornecedores do Estado e ao público em geral, que estão disponíveis no Portal da Contratação Pública (www.contratacao publica.minfin.gv.ao), os Planos Anuais de Contratação, das seguintes Entidades Públicas Contratantes (EPC), para o exercício económico de 2017:

DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS

1. Ministério dos Assuntos Parlamentares
2. Ministério do Comércio
3. Ministério da Comunicação Social
4. Ministério da Cultura
5. Ministério da Economia
6. Ministério da Educação
7. Ministério do Ensino Superior
8. Ministério da Família e Promoção da Mulher
9. Ministério das Finanças
10. Ministério da Indústria
11. Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
12. Ministério dos Petróleos
13. Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação
14. Ministério dos Transportes

GOVERNOS PROVINCIAIS

15. Governo da Província da Huíla
16. Governo da Província da Lunda - Sul
17. Governo da Província de Malanje
18. Governo da Província do Moxico
19. Governo da Província do Zaire

DIRECÇÕES NACIONAIS

20. Direcção Nacional do Património do Estado - DNPE

OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

21. Comissão Nacional Eleitoral - CNE
22. Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público - CSMMP
23. Inspecção-Geral da Administração do Estado - IGAE
24. Procuradoria Militar
25. Secretariado do Conselho de Ministros

OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

26. Administração Municipal de Cacuaco - Luanda
27. Delegação Provincial de Finanças do Namibe
28. Direcção Provincial da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas - Lunda - Norte

EMPRESAS, INSTITUTOS E ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS

29. Administração Geral Tributária - AGT
30. Centro de Formação de Jornalistas - CEFOJOR
31. Centro de Formação de Pescas
32. Entrepósito Aduaneiro de Angola, E.P
33. Fundo de Apoio à Juventude e ao Desporto - FAJD
34. Fundo Nacional do Café
35. Gabinete de Coordenação das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco - GCKCC
36. Instituto de Desenvolvimento Agrário - IDA - MINAGRI
37. Instituto de Fomento Empresarial - IFE
38. Instituto de Formação da Administração Local - IFAL
39. Instituto de Preços e Concorrência - IPREC
40. Instituto de Telecomunicações
41. Instituto Médio de Economia de Luanda - IMEL
42. Instituto Médio Industrial de Luanda - IMIL
43. Instituto Médio Politécnico do Cazenga
44. Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior - INARES
45. Instituto Nacional de Fomento da Sociedade da Informação - INFOSI
46. Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos - INAGBE
47. Instituto Nacional de Investigação Pesqueira - INIP
48. Rede Nacional de Transporte de Energia - RNT
49. Serviço Nacional da Contratação Pública - SNCP
50. Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e Aquicultura - SNFPA

Importa referir que até à presente data, outras entidades públicas submeteram, igualmente, o Plano Anual de Contratação referente ao corrente ano, que se encontram em fase de verificação e adequação para publicação, conforme abaixo listadas:

DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS

1. Ministério do Ambiente
2. Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria
3. Ministério da Construção
4. Ministério da Geologia e Minas
5. Ministério da Juventude e Desportos
6. Ministério das Pescas
7. Ministério do Urbanismo e Habitação

GOVERNOS PROVINCIAIS

8. Governo da Província do Bengo
9. Governo da Província do Cuanza - Norte
10. Governo da Província do Cuanza - Sul
11. Governo da Província do Huambo
12. Governo da Província da Lunda - Norte

OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

13. Procuradoria-Geral da República

OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

14. Administração Municipal de Cambulo - Lunda-Norte
15. Administração Municipal do Camucuí - Namibe
16. Administração Municipal do Cazenga - Luanda
17. Administração Municipal da Cidade do Dundo - Lunda - Norte
18. Administração Municipal do Cuilo - Lunda - Norte
19. Administração Municipal do Kuimba - Zaire
20. Administração Municipal do Lucapa - Lunda - Norte
21. Administração Municipal do Mucari/Kaculama - Malanje
22. Administração Municipal do Soyo - Zaire
23. Administração Municipal do Virei - Namibe
24. Delegação de Finanças do Moxico
25. Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia - Zaire

EMPRESAS PÚBLICAS, INSTITUTOS E ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS

26. Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Fundo de Garantia Automóvel) - ARSEG - FGA
27. Centro de Imprensa Aníbal de Melo - CIAM
28. Centro Nacional de Recursos Fitogenéticos - MINAGRI
29. Correios e Telégrafos de Angola - EP
30. Gabinete de Desenvolvimento Agrário do Bom Jesus
31. Hospital Municipal do Soyo
32. Instituto Angolano da Juventude - IAJ
33. Instituto de Fomento de Pesca Artesanal - IFPA
34. Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda - IPGUL
35. Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica - INAIIP
36. Instituto Nacional de Estradas de Angola - INEA
37. Instituto Nacional de Cereais de Angola INCER - MINAGRI
38. Instituto Regulador da Construção Civil e Obras Públicas - IRCCOP
39. Porto de Luanda - EP

40. Serviço de Tecnologia de Informação e Comunicação das Finanças Públicas - SETIC -FP

O Plano Anual da Contratação é um importante instrumento de gestão, que permite à EPC identificar, de forma detalhada, as aquisições previstas para o respectivo exercício económico. O Plano permite ainda, garantir, a todos os potenciais e/ou fornecedores do Estado, maior visibilidade sobre as oportunidades de negócios decorrentes das principais demandas das EPC.

A obrigatoriedade de elaboração e publicação do Plano Anual da Contratação Pública resulta do art.º 404.º da Lei n.º 9/16, de 16 de Junho, Lei dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º das Regras Anuais de Execução do Orçamento Geral do Estado, aprovadas pelo Decreto Presidencial n.º 1/17, de 3 de Janeiro. Reitera-se que o Portal da Contratação Pública é acedido por intermédio do seguinte link: www.contratacao publica.minfin.gv.ao.

Para esclarecimentos adicionais sobre o presente comunicado, queiram contactar o SNCP através dos seguintes contactos:

· Telefones - 222 706 240 / 222 706 237 / 942 642 251

· Correio electrónico - sncp@minfin.gv.ao

SERVIÇO NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, em Luanda, aos 24 de Março de 2017.

A DIRECTORA GERAL,
Rosária Dias dos Santos Filipe



A OPERADORA DE TELEFONIA móvel Unitel expandiu, pela primeira vez, em Março, a rede de serviço roaming GSM à República da Gâmbia, continuando, deste modo, a apostar na cobertura de rede no continente africano, informa a empresa, em nota de imprensa.



A ENSA SEGUROS DE ANGOLA lança, na próxima quinta-feira, em Luanda, o seu primeiro livro com o título “ENSA 37 anos”, no âmbito das celebrações do seu 39.º aniversário, a assinalar-se a 15 deste mês.

NOVOS MEIOS DEVERÃO ENTRAR EM OPERAÇÃO A PARTIR DE MAIO

Sonangol reforça-se na área do shipping com dois novos navios

INDÚSTRIA PETROLÍFERA. Baptizados com os nomes de ‘Sonangol Cazenga’ e ‘Sonangol Maiombe’, os dois navios foram construídos pela empresa DSME, da Coreia do Sul, elevando a frota da empresa para um total de 12 navios do género.

Por António Nogueira

A petrolífera estatal Sonangol recebeu, na passada quinta-feira, dois novos petroleiros, do tipo Suemax, com capacidade para transportar um milhão de barris de petróleo, elevando a frota própria para um total de 12 navios do género, informou a empresa, em comunicado.

Os dois navios, “Sonangol Cazenga” e “Sonangol Maiombe”, construídos na Coreia do Sul pela Daewoo Shipbuilding and Marine Engineering (DSME), foram entregues à Sonangol Shipping nos estaleiros de Okpo.

“A aquisição destes dois novos petroleiros está alinhada com a visão da nova Sonangol expressa no rigor e selectividade dos investimentos. O ‘Cazenga’ e o ‘Maiombe’ vão permi-

tir que Angola, através da Sonangol, participe de forma activa, e lucrativa, no mercado internacional de ‘shipping’”, considera a presidente do conselho de administração da Sonangol, Isabel dos Santos, sem, no entanto, avançar o valor final do negócio.

No comunicado, a Sonangol salienta apenas que os navios representam “um custo menor do que o orçamentado”, entrando ambos em serviço entre Abril e Maio, fazendo nas viagens inaugurais “diversos transportes já fretados por empresas do Médio Oriente”, operados maioritariamente por tripulantes angolanos.

O anterior presidente da Sonangol, Francisco de Lemos José Maria, anunciou, em 2015, a encomenda à Coreia do Sul de dois navios petroleiros por 120 milhões de dólares, com possibilidade de construção de mais dois.

Para além da aquisição dos novos petroleiros, a Sonangol anunciou, em Março deste ano, que está também a desenvolver, com os seus parceiros internacionais, um novo modelo de negócio para rentabilizar dois navios-



120

Milhões de dólares: valor que havia sido anunciado, em 2015, pelo ex-PCA da Sonangol, Francisco de Lemos, para a aquisição de dois petroleiros à empresa sul-coreana DSME.

Isabel dos Santos,
PCA da Sonangol

MEMORIZE



● PARA além da aquisição dos novos petroleiros, a Sonangol anunciou, em Março deste ano, que está também a desenvolver, com os seus parceiros internacionais, um novo modelo de negócio para rentabilizar dois navios-sonda adquiridos pela companhia na Coreia do Sul.

-sonda adquiridos pela companhia na Coreia do Sul e que, brevemente, deverão entrar em serviço.

“A aposta da petrolífera neste tipo de estruturas operacionais surge na sequência dos bons resultados atingidos no passado com a operação dos navios “Pride Africa” e “Pride Angola” e traduz a aplicação de uma nova filosofia de desenvolvimento de conteúdo nacional, de promoção do investimento e estabelece as bases essenciais para a auto-regulação deste mercado específico, refere a empresa, em comunicado”.

A estatal petrolífera entrou em processo de reestruturação, após a tomada de posse, em Julho de 2016, de Isabel dos Santos como presidente do conselho de administração, tendo chegado ao final do ano com uma dívida total à volta de 9.000 milhões de euros (9,5 mil milhões de dólares).

Em Novembro do mesmo ano, a petrolífera estatal veio a terreiro anunciar que havia tomado medidas que permitiram poupar, até então, 240 milhões de dólares, tendo a empresa reforçado, em comunicado, que as poupanças foram feitas também com medidas de contenção de custos como o “cancelamento de contratos de shipping não prioritários”.

“O processo de transformação que vem sendo implementado desde Julho de 2016, sendo transversal a toda a empresa, possibilita a criação de um ambiente de negócios mais favorável, reduz os custos da produção e facilita o acesso a reservas de menor dimensão. Há assim condições para um melhor aproveitamento dos recursos através de práticas de operação de excelência de acordo com os mais elevados padrões internacionais”, enfatizou ainda a empresa, em comunicado.

0 **Nová Gazeta** na internet

ACESSE: www.novagazeta.co.ao



(In)Formalizando

DIAGNÓSTICO DO INAPEM

Falta de bilhetes de identidade dificulta formalização de empresas

ECONOMIA. Luanda concentra 7.256 micro, pequenas e médias empresas, das 13.745 existentes em todo o território nacional.

Por António Miguel

A efectivação do programa do Governo de formalização de empresas e agentes económicos do mercado informal está dificultada por razões burocráticas. Além da falta de bilhetes de identidade por parte de

empreendedores, regista-se alguma morosidade na obtenção de alvarás, segundo o presidente do conselho de administração do Instituto Nacional de Apoio à Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), António Assis.

Ao notar que grande parte da economia angolana acontece no sector informal, Assis defende a desburocratização no acesso a documentos como o bilhete de identidade, além da simplificação de processos.

“Temos de ter processos mais simples”, adverte. “É certo que há programas que estão a ser feitos nesse sentido, sendo um deles, por exemplo, o que prevê a redução de valores que se pagam na constituição de uma empresa. Mas, ainda temos de fazer mais, porque nós é que temos de ir atrás dos informais”, analisa.

O responsável do INAPEM aponta que a maioria das micro, pequenas e médias empresas (MPME) se encontram em fase de ‘startup’ (iniciação) e contam menos de 15 anos de actividade. Os dados mais recentes do INAPEM apontam para a existência de 13.745 MPME, 7.256 das quais concentradas em Luanda, província que encabeça

a lista seguida do Uíge, com 777. Zaire é a que menos tem MPME, com apenas 99, (ver mapa de distribuição por província).

Das 13.745 empresas, 9.050 encontram-se na categoria de micro empresas, 2.408, com classificação de pequenas e 2.294 na classe de médias empresas. Os principais sectores de actividade são o comércio a retalho, com 5.054 empresas, prestação de serviços, 3.237, e a agricultura, produção animal, caça e silvicultura, com 1.523 MPME. “Esses

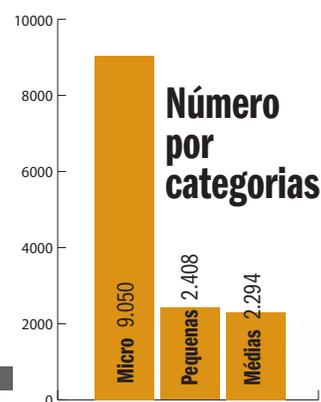
são os agentes da nossa economia formal”, sublinha António Assis, que se mostra “preocupado” com o quadro actual das MPME face à crise económica que o país enfrenta desde 2014. “A crise é mesmo crise de verdade. As MPME estão a atravessar momentos bastante difíceis. O acesso ao crédito tornou-se mais difícil. Não temos os dados de quantas paralisaram, mas sentimos que há, de facto, muitas dificuldades”, remata.

Mapa Infográfico das micro, pequenas e médias empresas (MPME)



Bengo	159
Benguela	757
Bié	324
Cabinda	414
Cunene	357
Huambo	386
Huíla	539
Kuando-Kubango	345
Kwanza-Norte	194
Kwanza-Sul	269
Luanda	7.256
Lunda-Norte	320
Lunda-Sul	421
Malanje	398
Moxico	434
Namibe	303
Uíge	777
Zaire	99

Distribuição por província



Principais actividades desenvolvidas

3ª Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
1.523 MPME

1ª Comércio a retalho
5.054 MPM

2ª Prestação de serviços
3.237 MPME





CAMPONESES do Cunene receberam do governo provincial 220 charruas, 15 juntas de bois, 300 limas, 800 catanas, 981 machados e 1.523 enxadas.



O ADMINISTRADOR DE CAIMBAMBO, em Benguela, Jacinto Amaro, defendeu a necessidade dos jovens criarem cooperativas para facilitar o acesso ao crédito de apoio ao empreendedor jovem.

ESCOLAS NO CAMPO

Famílias beneficiadas



Cerca de 4.300 famílias camponesas da Huíla, Namibe e Cunene foram inseridas, nos últimos três meses, em 103 escolas de campo construídas nestas províncias, pelo Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O projecto enquadra-se no Programa Integrado de Resiliência Angola Namíbia (PIRAN), financiado pelo Fundo Global de Ambiente e a USAID. As escolas foram edificadas nas áreas onde a actividade agrícola é fraca por causa das estiagens, para ajudar as comunidades a desenvolverem a prática com técnicas científicas e consequentemente multiplicar aquilo que produzem.

Segundo o representante da FAO para a região Sul, MatteoTonini, os resultados têm sido positivos, sendo que, na Huíla, as famílias já conseguiram produzir sementes agrícolas e venderem a FAO. O programa tem duração de cinco anos e está a apoiar igualmente o Governo no combate à fome e na redução da pobreza no seio das comunidades.

Além das escolas, foi também construída uma fábrica de produção de blocos minerais para bovinos, que tem resolvido o problema de alimentação nas áreas onde o pasto é débil.

Inaugurada no ano transacto, de acordo com MatteoTonini, a unidade fabril tem permitido a redução das importações de alimentos para o gado, visto que a mesma produz grandes quantidades de bloco de sais minerais.



PRIMEIRO EVENTO DECORRE NA CENTRALIDADE DO KILAMBA

FAJE promove feiras do auto-emprego

EMPREENDEDORISMO. Feira das artes vai servir, entre outros, para fazer a apresentação dos primeiros quadros superiores formados em Angola. A cidade do Kilamba acolhe o primeiro evento, seguindo-se depois para o distrito urbano do Zango, em Viana.

Por António Miguel

O Fórum Angolano dos Jovens Empreendedores (FAJE) vai realizar, nos próximos três meses, em Luanda, três feiras dedicadas ao fomento do empreendedorismo e do auto-emprego. Segundo o secretário-

-executivo do FAJE, Hélder Cafala, o primeiro evento, dedicado às artes, terá lugar de 2 a 6 de Maio, no Instituto Superior de Artes, na cidade do Kilamba.

A feira das artes vai servir, entre outros, para fazer a apresentação dos primeiros quadros superiores em artes formados em Angola. “Vamos dar a conhecer às pessoas que já existem profissionais de artes, de nível superior. Queremos ainda ajudar esses quadros recém-formados a despertarem o interesse pelo

empreendedorismo e pela criação de auto-emprego. Esta será a primeira feira envolvendo esses profissionais”, sublinha Hélder Cafala.

Depois do Kilamba, será a vez do Zango a albergar a feira do empreendedorismo e auto-emprego, prevista para entre os dias 18 e 20 de Maio. “O Zango tem muitas infra-estruturas comerciais, mas também há muito negócio informal. Por isso, enquanto associação de empreendedores, queremos ajudar a mudar este paradigma”, deseja o interlocutor, avançando que Cacucaco vai, em Junho, fechar o ciclo de feiras agen-

dadas para o segundo trimestre.

Para o secretário-executivo do FAJE, as organizações não-governamentais que promovem o empreendedorismo devem ser chamadas para darem o seu contributo nos projectos de crédito, criados pelo Governo, como o recém-anunciado ‘Projovem’.

“Estas instituições, além de seleccionarem os projectos a financiar, estarão em condições para fazer o acompanhamento dos projectos, no sentido de garantir o retorno do financiamento”.

O FAJE foi criado em 2010, mas apenas em 2015 começou a desenvolver, de facto, a sua actividade de promoção do empreendedorismo, no seio de jovens angolanos.

Está expandido em todo o território nacional e tem cerca de cinco mil associados, dois mil dos quais se encontram em Luanda. A associação tem núcleos na Namíbia, África do Sul, Portugal, Espanha, Rússia, Estados Unidos da América e Brasil.

5

Mil jovens empreendedores estão filiados no FAJE, em todo o país.



Deputados à Assembleia Nacional, em sessão de trabalho.

PROJECTO DE LEI FOI OBJECTO DE ANÁLISE

Parlamento discute plano de tarefas para eleições autárquicas

PODER LOCAL. Deputados analisaram plano de tarefa para realização das eleições autárquicas. A Constituição estabelece como critério regulador da institucionalização das autarquias locais o ‘princípio do gradualismo’.

Por Redacção

O Projecto de Lei Orgânica sobre as Bases de Sistema e Funcionamento do Poder Local foi objecto de discussão, em sede das Comissões de Especialidade da Assembleia Nacional.

O diploma vem concretizar as seis grandes alterações verificadas face à Lei Constitucional de 1992 referente ao Poder Local, afirmando-o como expressão dos princípios da descentralização político-administrativa, da separação vertical de poderes, do pluralismo de organização política, da democracia representativa e participativa, bem como do princípio do Estado de direito e democrático.

Segundo o presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, a urgência da apreciação do Projecto de Lei fundamenta-se no facto de a Assembleia Nacional ter, em 2015, votado, por consenso, o Plano de Tarefas Essenciais para a Realização das Eleições Gerais e Autárquicas, onde ficou definido o calendário político vinculativo

para a implantação efectiva dos órgãos autónomos do poder local em Angola.

A Constituição estabelece como critério regulador da institucionalização das autarquias locais o ‘princípio do gradualismo’, especificando que os órgãos competentes do Estado determinam por lei a oportunidade da criação das autarquias locais, o alargamento gradual das suas atribuições, o doseamento da tutela e a transitoriedade entre a administração local do Estado e as autarquias locais.

Compete à Assembleia Nacional, explica Adalberto da Costa Júnior, fixar e alterar a divisão administrativa do território, legislar sobre as “bases do sistema de organização do poder local e da participação dos cidadãos e das autoridades tradicionais no seu exercício”.

Segundo o deputado, cabe ainda à ‘Casa das Leis’ eleger o estatuto dos titulares dos órgãos autónomos do Poder Local e definir os termos da justa repartição dos recursos públicos do Estado e das autarquias, da necessária correcção de desigualdades entre autarquias, do exercício dos poderes de tutela e sua impugnação e os termos da consagração da arrecadação de receitas e dos limites de realização de despesas.

A Lei Orgânica sobre as Bases de Sistema e Funcionamento do Poder Local, entre outros aspectos, define, para o efeito, treze eventos ou actos normativos necessários à implantação efectiva das autarquias e demais órgãos do poder local e fixa a data limite para a sua materialização no período que decorre entre Março de 2017 a Dezembro de 2018.

O grupo parlamentar da UNITA entende que o princípio do gradualismo consagrado na Constituição “está categoricamente a ser rejeitado na Lei em referência”. No entender dos mesmos, o princípio do gradualismo significa que as autarquias não devem ser instaladas em todo o país ao mesmo tempo, para se evitar o perigo da desintegração do Estado unitário.

Já o presidente da Comissão de Administração do Estado e Poder Local, deputado João Pinto, defende a realização de um estudo para a implementação do Plano de Tarefas Essenciais para a Realização das Eleições Gerais e Autárquicas, tomando em conta um conjunto de pressupostos que o Governo está a desenvolver, em matéria de colecta de impostos.

“Se o Estado vive dos impostos, logo, as autarquias devem viver também dos impostos. Este facto não pode ser omissivo”, conclui o deputado do MPLA.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.

FALAR
CLARO

ÁFRICA OCIDENTAL: CRESCEU NÚMERO DE EMPRESAS EM 2015

Um 'Ecossistema' de jovens empreendedores

INVESTIMENTOS. A África Ocidental 'arrisca-se' a ser um dos principais pólos de atracção na criação de novas empresas, especialmente no ramo tecnológico. Em 2015, assistiu a um 'boom' de projectos, na maior parte dos casos, liderados por jovens. A tecnologia e a educação são as áreas que recebem mais investimentos. As mulheres também têm um papel mais activo.

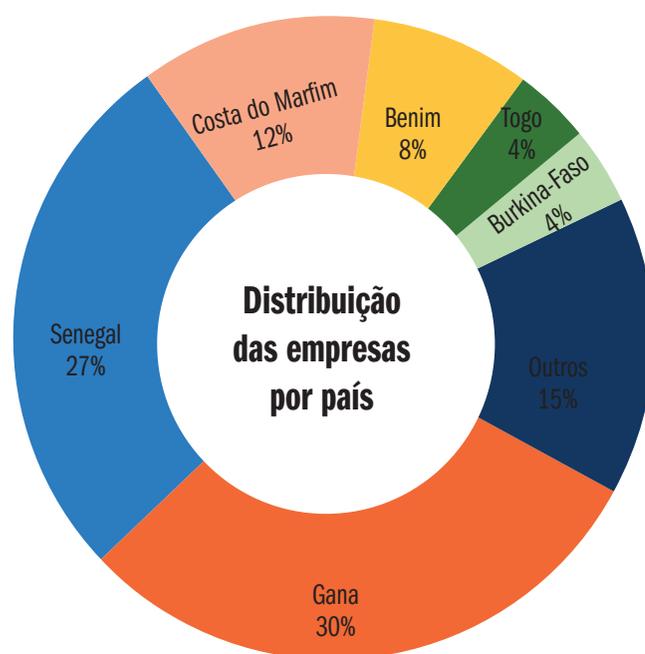
Por Emídio Fernando

CLIMA FAVORÁVEL PARA NEGÓCIOS:

Os economistas já consideram a África Ocidental como um 'ecossistema' em que proliferam a criação de empresas, sobretudo lideradas por jovens. A explicação para isso é simples: há um clima de negócios favorável, incentivado pelos governos com um elevado número de apoios, há uma classe média a crescer e uma forte competição entre incubadoras de 'start-ups'.

Em 2015, um terço das empresas criadas teve origem no Gana. O país destaca-se, no continente, pelo forte investimento nas universidades, com realce para as dirigidas às tecnologias, como a Meltwater School of Technology, que se transformou numa das incubadoras de empresas mais influentes.

A seguir ao Gana, o Senegal e a Costa do Marfim são os que mais se evidenciam na criação de empresas. Um relatório do Banco Mundial indica estes dois países entre os 10 que, em 2015, mais facilidades concederam na realização de negócios.



ESTRANGEIROS E EMIGRANTES AJUDAM

Além dos investidores em cada país, a África Ocidental tem atraído muitos estrangeiros, do continente e fora dele. Também os emigrantes, que escolheram outras paragens, regressam para investir. Por exemplo, dos projectos aprovados em 2015, que beneficiaram de apoios estatais e da banca, 28% dos empresários viviam na diáspora e quase um terço deles residia num país africano fora da região.

MULHERES A SUBIR

Em 2015, mais de 20% das empresas criadas na África Ocidental eram lideradas por mulheres. Esta tendência até é superior à que se encontra em incubadoras famosas como a norte-americana Silicone Valley ou da Índia.

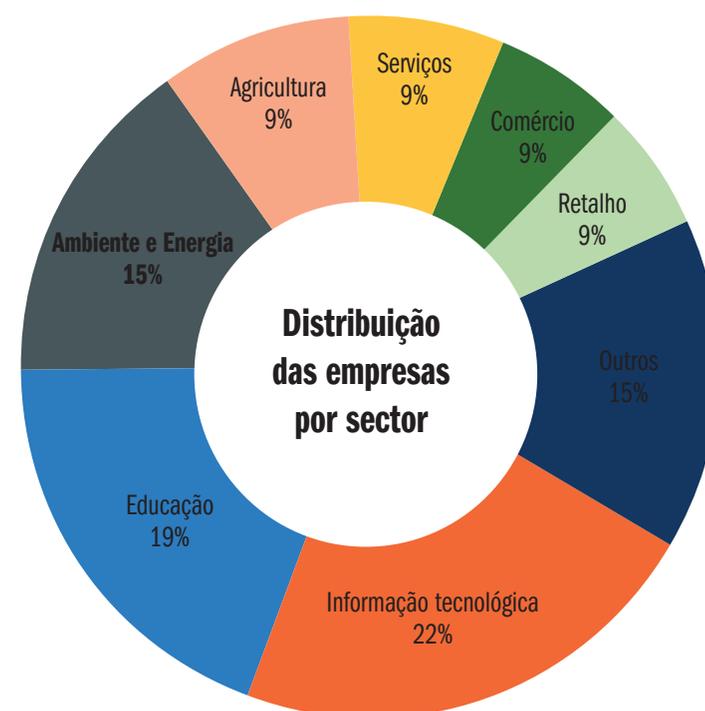
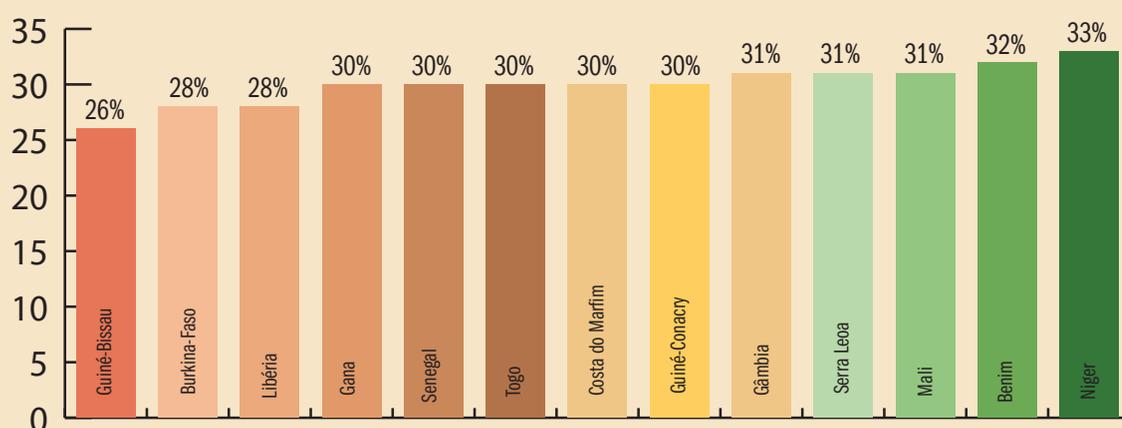
MAIORES INVESTIMENTOS

As tecnologias tradicionais e as novas tecnologias de informação são as que mais atraem os empresários. Logo a seguir vem a área da Educação, nas mais diversas vertentes. Em destaque, também surgem a energia e o ambiente.

MAIS JOVENS DO QUE NA EUROPA

São os jovens que têm animado os negócios na África Ocidental. Escolhem preferencialmente as áreas tecnológicas. Dentro da região, a idade média dos empreendedores anda pelos 30 anos. Bem longe, por exemplo, da média europeia que roça os 40 anos. A Guiné-Bissau, com uma média de 26 anos, tem os empresários mais jovens e a Nigéria, com a média de 33 anos, os mais velhos. De acordo com o Banco Mundial, os jovens em África entram mais cedo para o mundo dos negócios do que na Europa e nos EUA.

Média de idade dos empreendedores



A verdade sobre a ajuda ao desenvolvimento



MARK SUZMAN
Director de Estratégia e presidente de Política Global e Advocacia na Fundação Bill & Melinda Gates

O orçamento para 2018, proposto pelo presidente norte-americano, Donald Trump, propõe cortes profundos na ajuda externa dos EUA, levando a uma discussão sobre o papel desses gastos na melhoria da saúde e bem-estar dos mais vulneráveis do mundo. Esta discussão é importante, porque, quando se trata de reduzir muitas das maiores desigualdades do mundo, a ajuda é mais importante do que nunca - e talvez até mais - por razões que não são amplamente compreendidas.

Nos últimos 25 anos, os programas de ajuda externa ajudaram a inaugurar uma era de progresso sem precedentes no mundo em desenvolvimento. A mortalidade infantil e a pobreza extrema foram reduzidas para a metade. Parcerias multilaterais inovadoras, como o Fundo Global e a Aliança de Vacinas - dos quais os EUA são o maior financiador - salvaram milhões de vidas, pois reduziram o fardo de doenças infecciosas como a malária, o VIH e a tuberculose. A Fundação Bill & Melinda Gates tem orgulho de colaborar com estas iniciativas na redução dos custos das vacinas e outras intervenções, aumentando assim o seu impacto mensurável na saúde global.

A experiência mostra que os programas de saúde e desenvolvimento pagam enormes dividendos económicos. Por cada dólar investido em imunizações de crianças, por exemplo, os países em desenvolvimento obtêm 44 dólares em benefícios económicos.

No entanto, a maioria das pessoas desconhece o enorme progresso que a ajuda ao desenvolvimento permitiu. Numa pesquisa recente a 56.409 pessoas em 24 países, apenas uma em cada 100 sabia que a pobreza global foi reduzida para a metade. Mais de dois terços pensavam que a pobreza extrema aumentou. Tais



percepções erróneas reforçam uma narrativa pessimista que torna os orçamentos da ajuda externa politicamente vulneráveis.

Para acumular o problema, as populações dos países doadores, muitas vezes, super-estimam a quantia de dinheiro que os governos gastam na ajuda externa. Nos EUA, essa ajuda representa menos de 1% do orçamento federal, mas uma recente sondagem revelou que 73% dos norte-americanos acredita que a ajuda contribui “muito” ou “numa quantia justa” para a dívida nacional.

Há mais uma percepção errada que turva o julgamento dos países doadores: a ideia de que a ajuda aos países em desenvolvimento é um acto de pura generosidade, sem benefícios tangíveis para o doador. A verdade é exactamente contrária. Com efeito, é do próprio interesse dos países desenvolvidos, tanto em termos de segurança como em termos económicos, ajudar a financiar programas de desenvolvimento.

Sem esse financiamento, o aumento da pobreza e da instabilidade pode atrair os países desenvolvidos para conflitos longínquos

e trazer instabilidade às suas portas, com crises de migração e refugiados, bem como pandemias. Em contrapartida, quando a ajuda é utilizada para apoiar o aumento dos rendimentos nas economias em desenvolvimento pode criar empregos orientados para a exportação. Dos 15 principais parceiros comerciais da América - ou seja, países auto-suficientes que consomem bens e serviços dos EUA - 11 são antigos beneficiários de ajudas.

Muitos outros países em desenvolvimento contribuem para o seu desenvolvimento, através de programas públicos nacionais apoiados por políticas tributárias e fiscais inteligentes. E colocam uma alta prioridade em investimentos em áreas críticas, incluindo educação, cuidados básicos de saúde e aumento da produtividade agrícola - os blocos de construção de um futuro auto-suficiente e próspero. Os negócios privados e o capital também estão a expandir o seu papel em projectos de desenvolvimento.

Ainda assim, por enquanto, a ajuda dos doadores continua a ser essencial para preencher lacunas no financiamento interno para fazer face às falhas do mercado e para

incentivar mais investimentos do sector privado. E não se enganem: apesar dos enormes ganhos das últimas décadas, ainda há muito a fazer para sustentar o progresso na saúde e no desenvolvimento.

Mais de um bilião de pessoas ainda vive com menos de um dólar por dia. Todos os anos, mais de três milhões de bebés morrem no primeiro mês de vida. Abordar estes e outros problemas duradouros - parte do ambicioso conjunto de metas de saúde e desenvolvimento que as Nações Unidas estabeleceram para 2030, como parte dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável - seria quase impossível sem a continuidade da ajuda ao desenvolvimento.

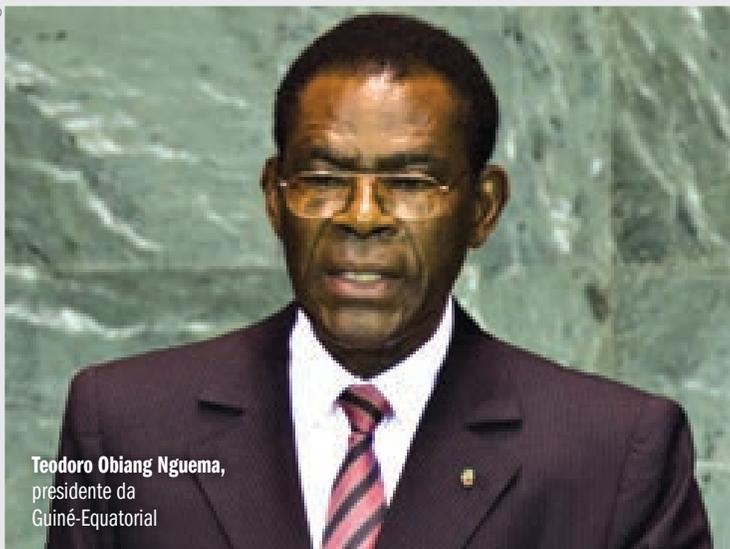
Isto não quer dizer que os programas de ajuda actuais sejam perfeitos. Pelo contrário, devemos estar atentos e aperfeiçoá-los. Mas as queixas de que o dinheiro da ajuda não está a ser usado tão eficazmente quanto poderia é exagerar muito o problema. A verdade é que, graças à vasta experiência na concepção e implementação de programas de ajuda de baixo custo, os fundos mal utilizados representam uma pequena fracção do total investido.

O maior problema é a falta de informação. É por isso que muitos de nós, no campo do desenvolvimento, devem trabalhar arduamente para melhorar a comunicação com os formuladores de políticas e o público, demonstrando como a ajuda ao desenvolvimento funciona e os progressos que tem alcançado.

Apesar das incertezas actuais, estou optimista de que os progressos na saúde global e no desenvolvimento vão continuar. Tendo participado nessas áreas há quase duas décadas, na ONU e na Fundação Gates, sei que o argumento a favor da ajuda ao desenvolvimento é claro e convincente. O mundo não vai voltar costas ao histórico desafio de reduzir as disparidades na saúde global, eliminar a pobreza extrema e construir um mundo mais equitativo e seguro.

Há uma ideia de que a ajuda aos países em desenvolvimento é um acto de pura generosidade, sem benefícios tangíveis para o doador. A verdade é exactamente contrária. Com efeito, é do próprio interesse dos países desenvolvidos, tanto em termos de segurança como em termos económicos, ajudar a financiar programas de desenvolvimento.

Internacional



Teodoro Obiang Nguema,
presidente da
Guiné-Equatorial

“CONTRA OS PODEROSOS”

Obiang quer África mais unida

O presidente da Guiné-Equatorial, Teodoro Obiang Nguema, defendeu, durante a visita oficial a Moçambique, que África deve procurar a sua independência económica e que é hora de o continente parar de “enriquecer os

outros”. É a hora de cortarmos este cordão umbilical da dependência permanente de África em relação aos países desenvolvidos”, declarou Teodoro Obiang, em espanhol, durante a cerimónia em que recebeu a chave da capital moçambicana.

Considerando que o continente vive uma “condição injusta”, Teodoro Obiang referiu que África é pobre porque “enriquece os países mais pode-

rosos” e esta dificuldade só poderá ser ultrapassada com maior união entre as nações africanas.

A construção de “uma África unida, solidária e forte” para Teodoro Obiang, passa pela mudança da mentalidade sobre as estratégias de desenvolvimento dos países africanos, que, segundo o chefe de Estado, só poderão surtir efeito “se pensadas conjuntamente”.

EUA IRRITAM A RÚSSIA E ‘NAMORAM’ A CHINA

Alta tensão após ataque à Síria

MÉDIO ORIENTE. Donald Trump ordenou um ataque de surpresa à Síria e agitou o mundo. Rússia, China e Irão manifestaram-se contra. O mundo ocidental apoia. Os preços do petróleo e do ouro dispararam.

Por Emídio Fernando

Em madrugada em Angola quando o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ordenou os ataques à Síria, provocando a morte de cinco oficiais, nove civis e a destruição da base perto da cidade de Homs. Horas depois, durante todo o dia de sexta-feira, os preços do petróleo e do ouro dispararam, com os economistas a prever oscilações de preços para durante esta semana. De madrugada, o preço do barril ‘saltou’ dos 51,66 dólares para os 52,80 dólares. O grama de ouro disparou de 37,70 euros para os 38,20 euros.

Já havia sinais, horas antes, que o líder norte-americano tinha intenções de mudar radicalmente a política que vinha defendendo e que até criticou a anterior administração dos EUA.

O governador de Homs garante que a base era utilizada para com-



Donald Trump,
presidente dos EUA

bater o Daesh e quem, por isso, o ataque “colocava em causa a luta contra o terrorismo”. Donald Trump justificou o ataque como “resposta ao ataque químico”. Três dias antes, na semana passada, um ataque químico, alegadamente da autoria das forças leais ao presidente Bashar Al-Assad, tinha feito mais de 80

52,8

Dólares: preço do barril do petróleo na madrugada do ataque dos EUA

mortos. Nessa altura, Trump classificou o ataque “bárbaro” e “um assassinato cruel de muitas pessoas”. De imediato, admitia que os EUA poderiam passar a ‘linha vermelha’, o limite que ele próprio definiu para usar a força e classificando o presidente sírio como um homem “impossível de controlar”.

O ataque dos EUA, com o lançamento de 59 mísseis, provocou de imediato reacções em todo o mundo e aconteceu precisamente no momento em que Donald Trump recebia, pela primeira vez, o presidente chinês, Xi Jinping, nos EUA. Os dois dirigentes discutiram as relações comerciais, num encontro que era previsto ser tenso. Durante a campanha eleitoral, Donald Trump acusou a China de “roubar empregos aos norte-americanos”, com a sua política de produzir muito, usando mão-de-obra barata.

A China prontificou-se a condenar o acto de Trump. O jornal oficial chinês escreveu que os EUA quiseram “marcar a sua autoridade” e que a “pressa e inconsistência” deixou “uma marca profunda”.

A reacção mais violenta partiu da Rússia. O presidente Vladimir Putin pediu, de imediato, uma reunião do Conselho de Segurança da ONU e condenou o ataque, definindo-o como “uma agressão contra uma nação soberana, com base num pretexto inventado”. Moscovo garante que o exército sírio não usa armas químicas e que a decisão de Trump “criou um sério obstáculo à aliança internacional que combate” os radicais islâmicos na Síria. Em comunicado, Putin avisou que o ataque provoca “danos significativos nos laços entre os EUA e a Rússia, que já estavam num estado deplorável”.

Com a Rússia e a China do outro lado da barricada, os EUA recolheram apoios do Reino Unido, com “um apoio total”, da Austrália, Israel, Arábia Saudita, Turquia, Japão e União Europeia.

A CHINA pretende fortalecer a cooperação com Moçambique na agricultura e obras públicas, revelou o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação chinês, Zhang Ming.



A COREIA DO NORTE anunciou que vai reagir de “forma impiedosa” à mais pequena provocação dos EUA. Em causa, estão os exercícios militares que os EUA e a Coreia do Sul têm previsto realizar entre 13 e 16 de Abril.



OPERAÇÃO ‘LAVA JATO’

Suíça recupera mil milhões de dólares

A Procuradoria-Geral da Suíça apreendeu um mil milhões de dólares em activos ligados à Operação ‘Lava Jato’, a investigação policial sobre crimes cometidos na Petrobras e noutros órgãos

públicos brasileiros.

A informação consta no relatório anual de 2016, revelado pelo procurador-geral brasileiro, Michael Lauber, e divulgado na página daquele órgão de Justiça suíço.

O documento contabilizou a existência de mais de 60 inquéritos criminais relacionados com a Operação Lava Jato e refere que

mais de mil contas em bancos suíços foram examinadas para investigar supostas conexões com o esquema de corrupção na estatal brasileira Petrobras.

O documento cita ainda a condenação da empreiteira Odebrecht, que foi obrigada a pagar 200 milhões de dólares à Suíça na sequência de um acordo de reparação.



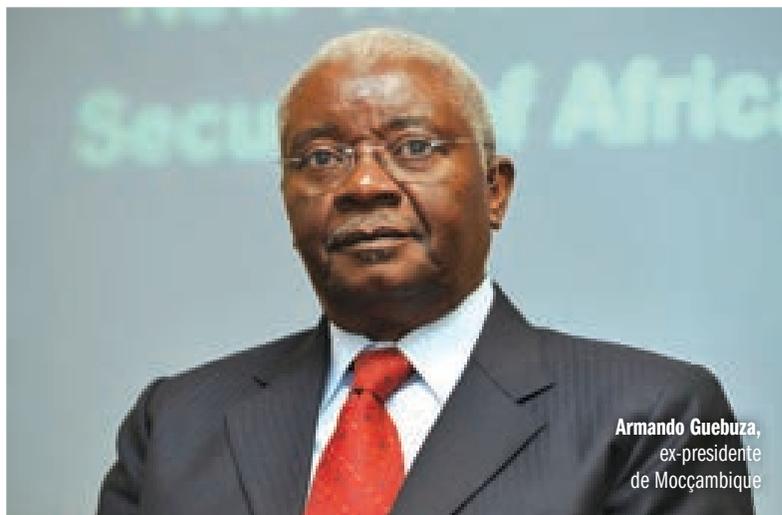
Mais de mil contas em bancos suíços foram examinadas para investigar o esquema.

ORÇAMENTO

Rectificativo este mês

O Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou o governo são-tomense para ter “bastante cuidado” e não contrair dívidas sem “uma componente de donativo de 35%” nos projectos a financiar. No final de 15 dias de uma nova avaliação do programa com São Tomé e Príncipe, o FMI afirma ter constado “com bastante satisfação” uma taxa de crescimento de 4%.

Depois da avaliação do FMI, o governo vai apresentar no parlamento, até final de Abril, um orçamento rectificativo, sublinhando que o orçamento surge no âmbito das “medidas adicionais” visando “corrigir os défices actualmente registados” e em conformidade com as recomendações FMI.



Armando Guebuza, ex-presidente de Moçambique

EM MOÇAMBIQUE

Guebuza investigado

A Procuradoria-Geral da República (PGR) de Moçambique enviou cartas aos bancos locais pedindo acesso às contas bancárias do antigo presidente Armando Guebuza, no âmbito da auditoria aos empréstimos contraídos de forma secreta por empresas públicas.

De acordo com a agência de informação financeira Bloomberg, as cartas seguiram para os bancos e pedem informação sobre as contas do antigo presidente e outras 17 pessoas, além de uma instituição, que não é nomeada.

A porta-voz da PGR, Georgina Zandamela, confirmou a veracidade da cópia das cartas obtida

pela Bloomberg e diz que os pedidos são parte da auditoria à dívida pública moçambicana, que subiu exponencialmente depois da divulgação de empréstimos de empresas públicas com aval do Estado, que foram escondidas, no valor de 1,4 mil milhões de dólares.

A auditoria incide sobre empréstimos realizados pelas empresas Ematum, Proindicus e MAM e avaliadas pelo governo moçambicano, em 2013 e 2014. Os empréstimos foram avaliados sem o conhecimento da Assembleia da República e dos doadores internacionais.

A descoberta das chamadas dívidas ocultas levaram o FMI e os principais doadores internacionais a suspender a ajuda ao país, condicionando o reatamento da ajuda à realização de uma auditoria internacional independente.

PARA AS ECONOMIAS DA AMÉRICA

Zika devastador

A disseminação do vírus zika na América Latina e Caribe poderá custar até 18 mil milhões de dólares entre 2015 e 2017, revelou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A projeção faz parte de uma avaliação sobre o impacto socioeconómico da doença, feita pelo PNUD em parceria com a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV), que apresentou dados gerais do vírus zika na região e estudos de casos no Brasil,

Colômbia e Suriname.

Num comunicado distribuído pela Organização das Nações Unidas (ONU), o PNUD explica que “perdas tangíveis para o PIB (Produto Interno Bruto) destas economias fortemente dependentes do turismo junto com a pressão sobre os sistemas de saúde podem minar décadas de desenvolvimento social”.

O estudo verificou que o vírus zika afectou desproporcionalmente os países mais pobres da região, bem como os grupos mais vulneráveis.

Segundo os dados recolhidos, o Caribe foi o local mais prejudicado, com um impacto cinco vezes maior do que o da América do Sul.



O Caribe foi o local mais prejudicado pelo vírus.

Ambiente



Em análise estiveram dados da contaminação de partículas poluentes em todo o mundo.

POLUIÇÃO PROVOCADA PELA UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Ar contaminado mata 110 mil chineses por ano

ESTUDO. Pesquisa contou com participação de investigadores chineses e norte-americanos, do Instituto de Tecnologia da Califórnia e das Universidades de Princeton e de Pequim.

Mais de 110 mil chineses morrem por ano devido à contaminação do ar provocada pelas fábricas que produzem para a União Europeia e para os Estados Unidos, conta o El País citando um estudo recente.

A pesquisa, levada a cabo pelo

economista e investigador Dabo Guan, foi a primeira a calcular os impactos na saúde do comércio internacional e da poluição atmosférica. Em análise estiveram dados da contaminação de partículas poluentes em todo o mundo, no ano de 2007. Essas partículas conseguem entrar nos alvéolos dos pulmões e podem chegar à corrente sanguínea, provocando doenças respiratórias e cardiovasculares.

Guan admitiu que a falta de rigor nas leis da poluição chinesas é a grande responsável por esta mortalidade.

Algumas regiões apenas consomem, enquanto as outras que produzem sofrem os efeitos na saúde. Se o preço dos produtos importados é baixo porque as leis da poluição nas principais regiões de produção são menos rigorosas, então, referiu o investigador, “a poupança dos consu-

midores poderia ser aproveitada para o custo de vidas perdidas nas outras regiões”.

Qiang Zhang, investigador especializado em química atmosférica da Universidade de Qinghua, em Pequim, considera uma mais-valia a criação de medidas para combater o problema.

Os países desenvolvidos deveriam incentivar o consumo responsável para diminuir os efeitos negativos no

meio ambiente. E os países em desenvolvimento deveriam melhorar a eficiência das economias do país para reduzir as emissões poluentes locais”.

O estudo foi publicado pela revista ‘Nature’ e contou ainda com a participação de vários investigadores de importantes instituições da China e dos Estados Unidos, como o Instituto de Tecnologia da Califórnia e as universidades de Princeton e de Pequim.

MUDANÇA CLIMÁTICA

Aquecimento junta espécies separadas há milhões de anos



O que os sapos da fotografia estão a fazer não é comum. A fêmea (por baixo) e o macho pertencem a duas espécies diferentes e seria preciso viajar milhões de anos no tempo para encontrar um ancestral comum.

Mas a mudança climática voltou a juntá-los e tiveram híbridos. E não são os únicos. Um número crescente de espécies de plantas e animais mais ou menos separadas geneticamente agora reproduz-se. Os resultados dessa hibridação provocada pelos humanos são incertos. No caso desse casal de anfíbios, os girinos nasceram com malformações e nenhum chegou a completar a metamorfose.

A fotografia desse particular abraço reprodutor próprio dos anfíbios e conhecido como amplexo foi tirada em Maio de 2014 no parque regional de Partenio, uma área protegida da Campania, uma região do sul da Itália. A fêmea é um exemplar de sapo europeu (*Bufo bufo*), uma espécie presente em quase todas as latitudes da Europa. O macho, menor, é um sapo balear (*Bufo balearicus*) que actualmente só pode ser encontrado na metade sul da Itália, suas ilhas, Córsega e as Baleares.

Os biólogos que presenciaram a cena recolheram várias fileiras de ovos após serem fecundados pelo macho. Como controlo, também recolheram outras duas fileiras de outros sapos. Já no laboratório, estudaram a evolução dos ovos e esperaram sua eclosão.

Educação & Tecnologia

DISPOSITIVO PODE SERVIR DE CHAVE PARA ABRIR PORTAS

Empresa sueca implanta microchips nos funcionários

INOVAÇÃO. No espaço de 'co-working', os funcionários podem optar por ter um microchip implantado, e que também pode funcionar como um método de pagamento.

Na Epicenter, um espaço de 'co-working' sediado em Estocolmo, Suécia, os funcionários têm a opção de se submeter ao implante de um 'microchip' para que o possam utilizar como chave para abrir portas, como método de pagamento no bar local, entre outras funções. Já mais de 150 pessoas quiseram receber o implante.

O dispositivo não é obrigatório mas, segundo Patrick Mesterton, presidente executivo da Epicenter, "é tudo uma questão de conveniência". Para Mesterton esta é uma maneira de resolver um problema comum no dia-a-dia de muitas pessoas: andar com muitas coisas atrás. "Basicamente, isto substitui um monte de coisas que transportamos, outros dispositivos de comunicação, cartões de crédito ou chaves."

O processo é semelhante ao que já é possível realizar com alguns cartões multicaixa e até mesmo

com o smartphone, através da tecnologia 'Near Field Communication' (NFC), em que tudo o que é preciso fazer é aproximar o aparelho ao terminal de pagamento e está feito. Neste caso específico, torna-se ainda mais conveniente porque basta utilizar a mão. Como é um implante passivo, apenas consegue transmitir informação e não consegue receber.

Claro que este método acaba por ter problemas ligados à privacidade e à segurança dos que aderem ao implante. Apesar de serem biologicamente seguros, os chips implantados nos funcionários podem gerar

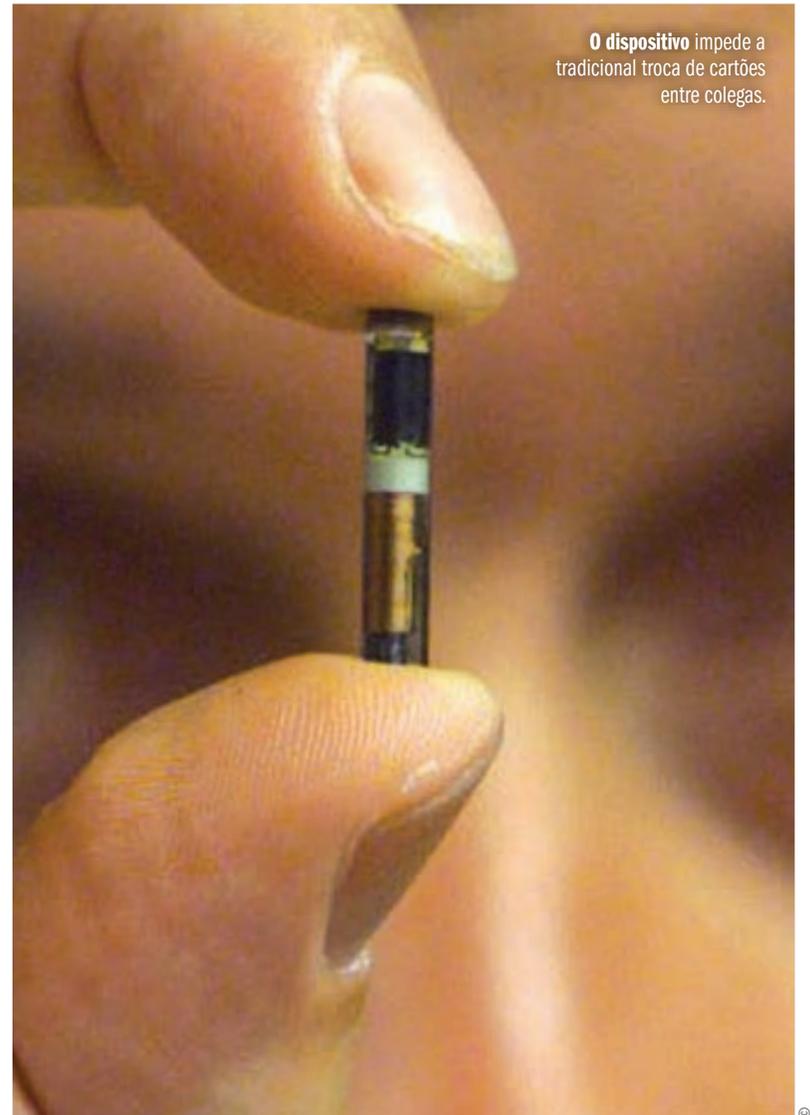
informação sobre as vezes que a pessoa esteve no local de trabalho ou o que é que comprou em determinado local (além de que impede a tradicional troca de cartões entre colegas para picarem o ponto por outros).

Ben Libberton, microbiologista no Instituto Karolinska em Estocolmo, chama à atenção dos perigos face aos 'hackers' que, com estes chips, podem conseguir obter grandes quantidades de informação. "A informação que podemos obter através destes chips é muito diferente daquela que pode ser retirada de um smartphone", explica o microbiologista. "É possível obter informação sobre a nossa saúde, sobre os nossos hábitos, com que frequência costumamos estar a trabalhar, quantas pausas fazemos e outras coisas semelhantes", conclui.

O processo para implantar o chip na mão é feito por um profissional que utiliza seringas pré-carregadas com o aparelho. No total, o processo demora apenas segundos, não se ouve qualquer grito e raramente cai uma gota de sangue.

150

número de funcionários que já procederam ao implante do chip.



O dispositivo impede a tradicional troca de cartões entre colegas.



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Tim Berners-Lee recebe 50.º Nobel da computação

Foi em 1989 que um dos programadores do laboratório de física do CERN, a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, propôs um sistema para permitir a publicação e o acesso a documentos com hiperligações e conteúdo multimédia

na Internet. Sir Tim Berners-Lee é o cientista que tornou possível a navegação entre páginas 'online' da forma como a conhecemos. Hoje, recebeu o 'Turing Award 2016'.

Conhecido como o 'Nobel da computação', o prémio é atribuído anualmente pela 'Association for Computing Machinery' a um indivíduo que tenha "avançado a indústria da computação e tecnologias de

informação e promova políticas e investigação que beneficie a sociedade". Segundo o júri deste ano, a Web trata-se de uma das "inovações computacionais mais influentes da história", sendo utilizada por mil milhões de pessoas diariamente para comunicar, aceder à informação e fazer transacções.

"O primeiro site na 'World Wide Web' só ficou 'online' em 1991. Não

parece muito tempo, mas é difícil imaginar o mundo antes da invenção de Sir Tim Berners-Lee. O impacto da Web é óbvio", justifica a presidente da ACM, Vicki L. Hanson. "Tim Berners-Lee desenvolveu componentes-chave como URI e 'web browsers' que nos permitem utilizar a Internet, e ofereceu uma visão coerente de como cada um destes elementos funciona em conjunto."

Marcas & Estilos

Discretíssima

Só a VanMoof lhe pode garantir a forma de que precisa. O poderoso motor é tão silencioso que ninguém se apercebe que está a pedalar uma bicicleta eléctrica. A menos que o diga. É uma das mais leves e mais elegantes, projectada para ser tão inteligente, com smartphone e um dispositivo anti-roubo.

Experiência relaxante

A Cloud é uma espécie de spa pessoal que oferece várias formas de bem-estar. A aromaterapia e a nebulização são alguns dos benefícios personalizados de que pode desfrutar neste Jacuzzi.

Um Nilo diferente

A pedra azul profunda da Lapis, cercada por um projecto moderno de ouro, apregoa a cor rica do Nilo. A gargantilha flexível e ultra-leve fica confortavelmente na clavícula. Para um acabamento perfeito, acompanhe estes brincos com a sua pulseira.

Resistente ao tempo

Com uma cobertura de ouro rosa de 18 quilates com uma alça de couro marrom, este Omega carrega uma luneta fixa, um selector castanho com asas em ouro rosa e marcadores de hora com os numerais romanos. Com cristal de safira, é resistente a arranhões.

Coberturas suaves

O vestido da Sofia é feito de seda impressa e com listras suaves. As cores são divertidas, ecoando a essência inocente da marca Morgan Lane. O vestido funciona como um envoltório com laços em torno das costas. É a cobertura perfeita para a praia, e também pode ser usado para jantar à noite.

Conforto excepcional

Feitos à mão através da tradição da família no coração de Almansa, Espanha, as botas da Nero oferecem uma silhueta atemporal trabalhada com uma bela qualidade e atenção aos detalhes. A parte superior apresenta a melhor camurça italiana genuína e costuras interiores. O couro de vitela suave exalta o forro para trazer o conforto excepcional e funcionalidade com uma sola de couro completamente elegante.

TURISMO

Mónaco desafiante

Para quem gosta de desafiar a sorte em jogos e adora o 'glamour', Mónaco é o local ideal. A cidade francesa, ou para os mais legalistas, o Principado começa por oferecer encontros com a alta sociedade europeia e empresarial, nos restaurantes no topo da cidade, no Rochedo do Mónaco, e ao lado do mar, mas sobretudo no casino, o do Monte Carlo, um dos famosos mundiais e que proporciona, além dos jogos, diversos espectáculos. A cidade é também palco de corridas de automóveis, das corridas de ligeiros, à Fórmula 1, o que atrai gente ligada às marcas topo de gama. Para visitar, há o Palácio do Mónaco, os passeios à Costa Azul, os festivais de moda, os centros comerciais com as últimas tendências e a Ópera de Monte Carlo.



LAZER

No luxo pelos mares

Pode ser um luxo ao alcance de muito poucos, mas já os vemos pelas praias de Angola, em especial nos arredores da Ilha de Luanda e Mussulo. São iates que se destacam pela beleza, conforto, rapidez e por nos dar a sensação de ar livre e de se saber aproveitar o mar. Entre eles, há o Azimute 46, um 'brinquedo' que

pode custar mais de 300 mil dólares, mas que se encontra à venda por muito menos... usado. Geleira, ar condicionado, gerador, motor fora de borda, comando manual, rádio, radar, água quente e fria, almofadas, plataforma para banhos são apenas alguns dos equipamentos que esta 'beleza' dos mares oferece.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 30 DE ABRIL

Exposição 'De las telas de corazón' do artista plástico cubano Yasiel Palomino, na Galeria Niharte.

ATÉ 2 DE MAIO

Exposição 'O Que Espera do Futuro', do artista plástico Bolondo, na galeria Tamar Golan. A partir das 18 horas.

14 DE ABRIL

Jack Nkanga ao vivo no restaurante Miami Beach, na Ilha de Luanda. Às 21 horas. Bilhetes a 4.000 kwanzas.

15 DE ABRIL

Festa 'Beach Party Barsulo' com Zona 5 no Mussulo, com direito à travessia de barco, de ida e volta e bar aberto, com DjKapiro, Nuilson e a dupla Pseeboy. A partir das 15 horas.

27 DE ABRIL

Espectáculo do violonista francês Nicolas Krassik, no Centro Cultural Brasil-Angola. No espectáculo, o violonista vai reunir jazz, choro, samba e forró. A partir das 19 horas.

O artista plástico cubano Yasiel Palomino inaugurou a sua primeira exposição, em Angola, a semana passada. 'De las telas al corazón' é o título da exposição que pretende homenagear a cidade de Luanda.

GALERIAS APOSTAM NAS MAIS VARIADAS EXPOSIÇÕES

A arte 'invade' a capital

ARTES PLÁSTICAS. Artistas nacionais e estrangeiros, dos mais novos aos mais conceituados, mostram-se nas galerias de Luanda, nas novas e nas mais velhas. São exposições que duram até Maio. Nos últimos tempos, tem crescido o número de espaços de exposições de artes na capital.

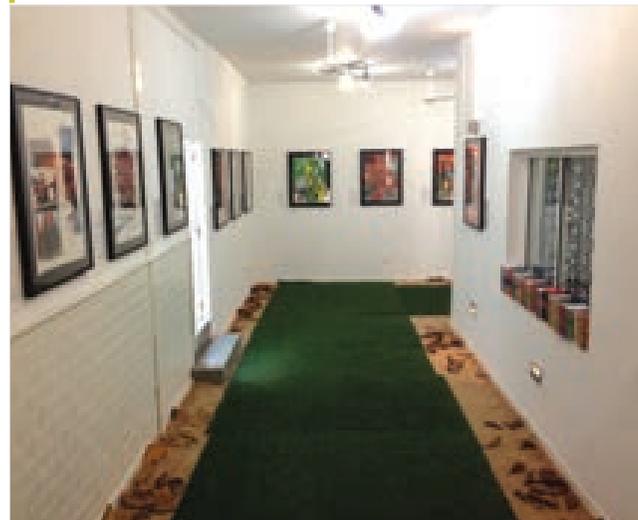
ELA

O 'ELA' (Espaço Luanda Arte) tem patente a exposição 'Diálogos I Personagens, Territórios e Situações' de Don Sebas Cassule, até Maio, com entrada livre, para todas as idades. ELA encontra-se situada na Baixa de Luanda, no prédio da De Beers, na Rua Rainha Ginga, n.º87 - 4.º piso.



TAMAR GOLAN

'O Que Espera do Futuro?' é a primeira grande exposição individual do artista Bolondo, inaugurada, na Galeria Tamar Golan, e fica aberta até 2 de Maio. Pode ser visitada de segunda-feira a sábado, entre as 11 horas e as 20 horas, com entradas gratuitas. A galeria está situada na baixa da Luanda, na Rua Rainha Ginga, n.º187.



UMBI UMBI

Localizada na baixa de Luanda, na Rua Rainha Ginga, próximo da UNAP (União Nacional dos Artistas Plásticos), apresenta um ambiente exclusivo e requintado que, além de proporcionar um bom ambiente para a contemplação, também é um lugar onde mais se vende quadros nacionais de alto custo.



ACADEMIA BAI

Localizada Av. Pedro de Castro Van-Dúnem 'Loy', em Luanda, a galeria, mais do que exposições, exhibe filmes e realiza 'workshops' nas mais variadas disciplinas das artes.



NIKHARTE

O artista plástico cubano Yasiel Palomino inaugurou a sua primeira exposição, em Angola, a semana passada. 'De las telas al corazón' é o título da exposição que pretende homenagear a cidade de Luanda. Exposição patente na galeria Nikharte até 30 de Abril. O artista cubano homenageou a capital angolana por o ter acolhido de "braços abertos". Nikharte localiza-se na Urbanização Nova Vida, Rua 2, casa 1416.



KOZY ARTE

Kozy Arte é uma galeria localizada em Luanda, na Ingombota, dirigida por Aicha Haukon. Francesa, uma especialista em arte africana, tendo, inclusive, trabalhado em vários países do continente como Costa do Marfim, Burquina Faso, entre outros. É uma galeria que se propõe a apresentar um espaço sofisticado e aconchegante, mesclando o clássico e o africano contemporâneo.



NÚMEROS DA SEMANA

12

Milhões de dólares: valor investido nos últimos três anos, pelo grupo empresarial 'Jardins Yoba', num projecto agropecuário, na Huila, informou o proprietário, Paulo Amaral.

50

Milhões de dólares: valor investido para a conclusão da primeira fase da fábrica de cerveja 'Tigra', situada no complexo industrial do Kikuxi.

10

Número de unidades de produção empresarial, das 60 existentes no pólo da Quiminha, entregues aos empresários para futuros investimentos.

20%

dos edifícios novos de escritórios estão vazios em Luanda, revelou o relatório da imobiliária Knight Frank LLP.

PELA SEGUNDA VEZ EM DOIS ANOS

Salário mínimo vai à debate

A Assembleia Nacional vai discutir a 20 de Abril o salário mínimo nacional, tema do habitual debate mensal naquela 'Casa das Leis', proposto pela coligação CASA-CE, numa altura em que o Governo tem vindo a estudar uma actualização das remunerações no Estado.

Esta é a segunda vez, num espaço de dois anos, que o assunto é discutido no Parlamento, depois de já ter sido remetido à debate a 22 de Maio de 2015, sob proposta da CASA-CE. A discussão, no entanto, acabou por não avançar, na altura, com a oposição a retirar-se em protesto contra as limitações impostas à cobertura dos trabalhos pelos jornalistas.

Em conferência de líderes, realizada na passada quinta-feira, os grupos parlamentares acertaram retomar o debate sobre o salário mínimo

nacional, na reunião de 20 de Abril, mantendo a proposta da CASA-CE.

O salário mínimo em Angola está fixado desde Junho de 2014, à taxa de câmbio actual, nos 22.504,50 kwanzas para trabalhadores do comércio e da indústria extractiva. Apesar da actualização então aprovada, o valor é mais reduzido para os sectores dos transportes,

dos serviços e das indústrias transformadoras, fixado em 18.754,00 kwanzas, e para o sector da agricultura, 15.003,00 kwanzas.

O debate sobre o salário mínimo nacional ocorre numa altura em que o Governo está a analisar o ajustamento dos salários que, segundo se prevê, deverá ser aplicado no segundo trimestre deste ano.



COM 481 MILHÕES DE EUROS

'Eurobonds' financiam obras

O Estado angolano prevê financiar 20 obras públicas de reabilitação de estradas e abastecimento de água, com 481 milhões de euros (cerca de 509 milhões de dólares) resultantes da emissão de 'eurobonds' realizada em 2015, de 1,5 mil milhões de dólares, no total. A medida consta de despachos assinados pelo ministro

das Finanças, Archer Manguera, que aprova as propostas de adjudicação destas obras, das quais quatro de reabilitação de estradas no total de 28,6 mil milhões de kwanzas, e 16 de construção de novos sistemas de abastecimento de água por 56,5 mil milhões de kwanzas. São obras que integram, lê-se nos

dois despachos de final de Março, citados pela Lusa, no programa de investimentos públicos e "enquadrados no financiamento 'eurobonds'", títulos de dívida pública emitida em moeda estrangeira.

Concretizada em Novembro de 2015 no mercado internacional, esta foi a primeira emissão do género feita pelo Estado angolano, pagando então juros de 9,5%, a liquidar aos dias 12 de Maio e 12 de Novembro de cada ano.

Além do financiamento do Estado, esta emissão de dívida soberana nacional em moeda diferente da do país emitente ('eurobonds'), permitiu o reforço das reservas internacionais angolanas, necessárias à importação de bens alimentares e matéria-prima, segundo o Governo.



SIDERURGIA

Património passa a privados

O Executivo aprovou a venda a privados do património imobiliário da antiga empresa de siderurgia nacional, instalada em Luanda há mais de 50 anos e controlada pelo Estado após a independência nacional.

A informação consta do despacho conjunto de 30 de Março, assinado pelos ministros da Economia, Abrahão Gourgel, e da Indústria, Bernarda Martins, citados pela Lusa, aprovando a venda do património da antiga Siderurgia Nacional de Angola (SINA), entretanto, também extinta pelo Governo, à Sociedade Angolana de Siderurgia, "no âmbito do respectivo processo de liquidação".

O despacho executivo define ainda que as receitas provenientes destas vendas, não contabilizadas no documento, deverão servir para "suportar os encargos inerentes ao processo de liquidação" da empresa. Este processo resulta da saída do Estado de sectores considerados pelo Governo como não estratégicos para se manterem na esfera pública.

O VALOR ESTA SEMANA

INDÚSTRIA

Apagões causam prejuízos

Os associados da AIA estão a contas com avultados prejuízos, nas respectivas carteiras de negócios, como consequência dos constantes cortes no fornecimento de electricidade a Luanda. Entre a classe, há quem diga estar a gastar, em média, 100 mil kwanzas/dia na compra de combustível para alimentar os geradores. **Pág. 9**

CRÉDIT AGRICOLE

Banco apoia Estado

O Banco líder no crédito à economia francesa e o Ministério das Finanças estão a preparar um acordo de financiamento que prevê desactivar vários projectos e obras públicas "de interesse nacional". Sem avançar o montante por se libertar, o Governo garante que o dinheiro deverá cobrir despesas sociais e grandes obras do Estado. **Pág. 15**



EMPREENDEDORISMO

BI 'atrapalha' empresas

O programa do Governo de formalização de empresas e agentes económicos do mercado informal tem sido dificultado pela falta de bilhete de identidade por parte de empreendedores e pela morosidade na obtenção de alvarás, revela o PCA do INAPEM, reforçando que a maioria das micro, pequenas e médias empresas se encontram em fase de iniciação. **Pág. 20**